

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO
DOS
ARCHEOLOGOS PORTUGUÊSES

BIBLIOTHECA
DA

ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUÊSES

Edifício Historico do Carmo

(Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, fundada em 1863)

Proprietaria e editora a Associação

Commissão redactora : — Ascensão Valdez, A. Lamas, Rocha Dias

A responsabilidade dos escriptos publicados neste boletim pertence exclusivamente aos seus auctores.

«A Associação dos Archeologos Portuguezes, absolutamente estranha a qualquer partido politico, tem como fim exclusivo da sua existencia guardar as preciosidades archeologicas e artisticas, sejam elas de que natureza forem, disseminando por toda a parte e por todas as fórmãs, o amor da archeologia e da arte.»

Sessão solene em 23 de Novembro de 1913

Presidente de Honra — Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica DR. MANUEL DE ARRIAGA.

Presidente — DR. ALFREDO DA CUNHA.

1.º *Secretario* — MATOS SEQUEIRA.

2.º *Secretario* — ADÁES BERMUDES.

Foi aberta a sessão ás 2 1/4.

Presentes, além da Mesa, os dignos socios Rozendo Carvalheira, Rocha Dias, Ernesto da Silva, Ornelas Cisneiros, Cunha Brandão, Ganhado, O'Sulivand, D. José Pessanha, José Queiroz, Luís Bettencourt, Visconde da Torre da Murta, José Alexandre Soares, Mena Junior, Brito Aranha, Dr. Virgilio Correia, Ribeiro Christino e Alberto de Sousa.

Representava a Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes o sr. Sarrea Prado; o sr. Ministro do Fomento, o seu secretario geral sr. José Maria Cordeiro de Sousa; a Sociedade Nacional de Bellas Artes, o sr. Alfredo de Sousa, e o Governo, o sr. Minis-

7030

ro dos Negocios Estrangeiros, Dr. Antonio Macieira, que assistiu á sessão acompanhado pelo seu secretario sr. Santos Tavares.

Além destas pessoas, estavam os srs. general Encarnação Ribeiro, commandante geral da Guarda Nacional Republicana, e as familias de Sousa Viterbo e Adolfo Loureiro.

O sr. José Alexandre Soares representava a Sociedade dos Architectos Portuguezes.

O sr. Dr. Alfredo da Cunha, pedindo vénia ao sr. Presidente da Republica, declarou aberta a sessão, tomando a palavra :

SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA,
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES :

Cabe-me o dever, por determinação do nosso Presidente de honra, de abrir esta sessão comemorativa do quinquagesimo anniversario da fundação da Associação dos Archeólogos Portuguezes.

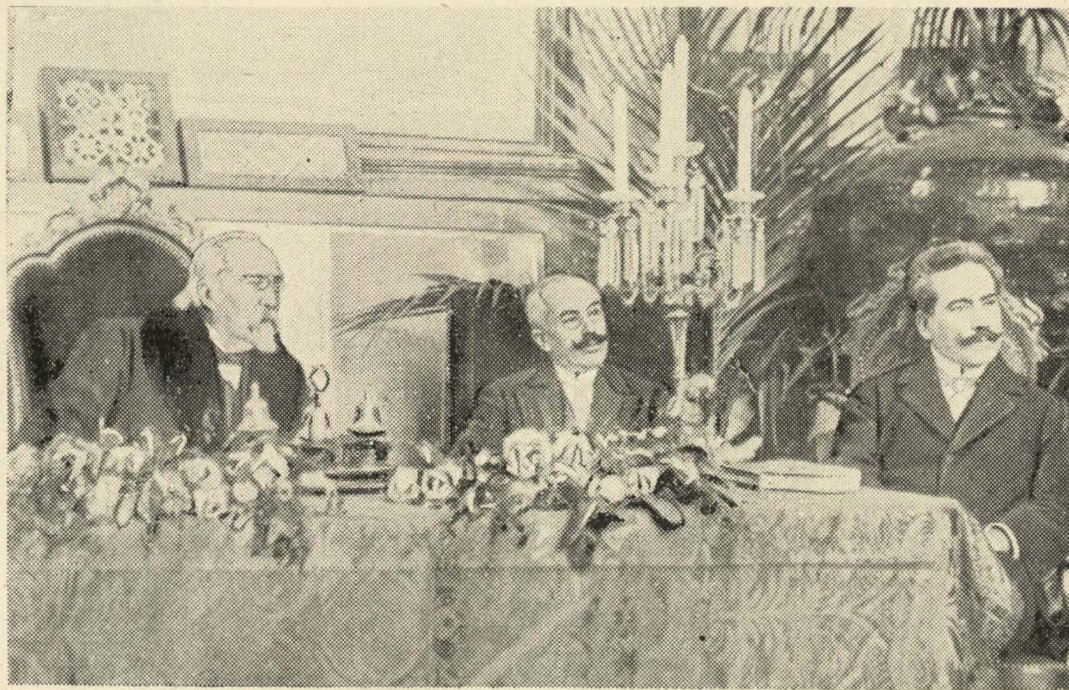
Na data em que celebramos um facto para nós de tão jubilosa significação, é-nos sobremodo grato que o Chefe do Estado se digne honrar-nos com a sua comparência nesta modestissima festa.

Já uma vez, depois de ascender ao cargo que tão exemplarmente desempenha, o sr. Presidente da Republica veio a esta casa estimular nos com a manifestação calorosa do seu interesse pelos assuntos que a esta sociedade interessam.

Vai para dois anos, teve S. Ex.^a a penhorante e gentilissima deferência de vir assistir á sessão solene dedicada á memoria do Dr. Sousa Viterbo.

Não o olvidamos, e é com reconhecimento igual ao que então foi manifestado a S. Ex.^a que a Associação dos Archeólogos Portuguezes regista hoje mais esta prova de cativante e obsequiosissima atenção.

E' ella tanto mais para apreciar e agradecer quanto parte de quem enobrece e dignifica as altas funções da sua magistratura com altissimos dotes de coração e de intelligência que lhe dão, a par do prestígio inerente á suprema categoria da sua posição social, outro, não menos invejavel e raro, que é o do seu formoso talento e o das suas peregrinas e egrégias qualidades morais.



Tomo XIII — N.º 3

Associação dos Archeologos Portuguezes
Sessão commemorativa do 50.º anniversario da sua fundação

E, cumprido, em nome da colectividade a que presido, este dever de gratidão e acatamento, seja-me permitido explicar, em breves palavras, o motivo e o fim desta sessão.

Sendo, como é, uma data memorável para nós a que hoje celebramos, não me levarão a mal que eu, por obrigação do cargo, recorde os inícios desta Sociedade, fazendo um ligeiro retrospecto, para salientar o valor do serviço que aos seus fundadores se ficou devendo.

Ha pouco mais de trinta anos, depois de referir-se ao adiantamento dos estudos arqueológicos em outros paizes da Europa, alguêm concluia com desalento :

«Custa-nos confessar que em Portugal tem sido bem pouco estudada a arqueologia, a ponto de nem sequer conhecermos as proprias antiguidades. Faltam-nos por isso importantes subsidios para escrever a historia dos acontecimentos que se deram nesta parte da Peninsula, sobretudo até á fundação da monarchia portuguesa. E não nos faltam monumentos para esse estudo ! Mas é tal o nosso desleixo que muitos vão desaparecendo sem que os aproveitemos

«No seculo xvi um escritor portugûes, André de Rezende, escreveu um livro muito notavel para o seu tempo, sobre as antiguidades lusitanas. Este exemplo não foi seguido e só no seculo xviii se encontra na Real Academia de Historia quem cuide e se ocupe de assuntos arqueologicos.

«Modernamente aparecem trabalhos isolados sobre antiguidades e sobre algum ponto muito especial e restrito de arqueologia. O *Instituto* de Coimbra criou uma secção de arqueologia, tem reunido algumas antiguidades no museu que começou a formar e publicou varios trabalhos sobre estes assuntos no seu jornal.

«A Associação dos Arqueologos e Architectos Portugûes, estabelecida no Carmo, em Lisboa, tambem reuniu um museu no qual se encontram objectos muito apreciaveis e no seu *Boletim* tem publicado alguns trabalhos sobre arqueologia.

«Estas Sociedades, sem grandes recursos e quasi sem protecção official mal podem desempenhar-se da honrosa missão que tomaram a seu cargo. Em suma, em Portugal não se professa em parte alguma a arqueologia».

Embora este quadro esteja pintado com carregadas côres, não andava nem anda muito longe da verdade, especialmente quanto ás difficuldades que sempre se depararam aos que, individual ou colectivamente, se dedicaram aos estudos arqueológicos e á colheita e colleccionamento da respectiva documentação. Haja

vista, com efeito, esta Sociedade, cuja vida pouco desafogada é a comprovação eloquente daquele asserto.

Outro tanto não diremos quanto ao progresso dos estudos arqueológicos nos trinta anos posteriores á data daquelas observações. Se já naquele tempo se haviam assinalado pelos seus trabalhos scientificos homens como Estacio da Veiga e Martins Sarmiento, nos últimos decénios basta a continuação dos estudos feitos pelo segundo dos eminentes arqueólogos que citei e as investigações de Sousa Viterbo e Gabriel Pereira, nossos consócios já falecidos, e do sr. Dr. José Leite de Vasconcellos, que infatigavelmente prossegue na sua admirável campanha a favor da arqueologia e etnografia nacionais, para não dever dizer-se, agora como então, que se não professa a arqueologia em Portugal.

Aos próprios governos, por acanhados que hajam sido os seus auxílios, é preciso fazer a justiça de reconhecer que tem ultimamente atendido algumas das reclamações e protestos dos que se interessam pelos monumentos pátrios, quer favorecendo, até certo ponto, os estudos etnográficos, quer organisando serviços officiaes que tendem a salvaguardar as reliquias do passado, e confiando o desempenho dêsses serviços de conservação e defeza a pessoas de tão alta e indisputável competência como é, por exemplo, o nosso illustre consócio e presidente da Direcção sr. D. José Pessanha.

O que é facto, porêm, é que, ha cincoenta anos, em 1863, quando esta Sociedade se fundou, os estudos arqueológicos achavam-se entre nós quase embrionários.

Bem sei que, embora tenha por objecto as cousas antigas, a arqueologia, como sciência, pode considerar-se moderna, pois data do renascimento das letras na Europa. Posto seja um logar comum attribuir-se a Dante e a Petrarca, que recolheram inscrições e deletream velhos manuscritos, um título mais de glória para juntar à sua imortal fama literária — o de haverem sido os primeiros arqueólogos de que resa a história — o que é indubitável é que então, no tempo dos cantores de Beatriz e de Laura, não podia ainda dizer-se que a arqueologia contituisse um corpo de doutrina metodizado e sistematizado scientificamente.

São de todas as épocas os antiquários, os avaros ajuntadores de raridades, com a paixão quase doentia do colleccionamento;

mas não são de remota data os arqueólogos propriamente ditos. Sempre houve amadores de velharias respeitáveis; mas só em época relativamente recente apareceu quem do estudo dessas curiosidades tirasse proveito e lição para preencher as lacunas, contraprovar as asserções e fundamentar ou corrigir a crítica e os juízos da história.

E' esta a grande distância que separa aqueles que, no dizer de Lenormand, «com gosto e prática podem dispensar a erudição» dos outros que se propõem traçar o quadro do estado social antigo por meio dos monumentos, que é, na frase dum escritor da especialidade, o objectivo do arqueólogo digno deste nome.

Reconstituir civilizações antigas, decifrar religiões, usos e costumes domésticos, ratificar ou rectificar testemunhos escritos, servir-se, nas suas investigações, da técnica própria, profundando as instituições do passado e procurando na história da arte a expressão exacta e a curva precisa do desenvolvimento progressivo dos povos, essa é a função do erudito.

Não é só nosso contemporâneo o tipo do *Oldbuck*, que Walter Scott celebrizou. Muito antes dessa personagem que o romancista inglez tratou com o mais fino *humour*, já, como todos sabem, na velha Roma, Cicero, por exemplo, fôra um apaixonado coleccionador de obras de arte. E, como êle, e com êle rivalizando na opulência das colecções, foi-o também o seu inimigo Verres, cujos poucos escrúpulos na colheita de tais riquezas Cicero violentamente estigmatizou na célebre *Verrina—De signis*. E de Cesar se diz que lhe é devida a primeira exposição pública de objectos de arte no Capitólio.

Mas Cicero, apesar do seu prodigioso talento, do mesmo modo que os outros coleccionadores e antiquários que precederam a Renascença, apenas tinha essas preciosidades na conta de cousas curiosas para distracção quase pueril dos sentidos — *oblectamenta puerorum* — como desdenhosamente lhes chamava, e não para orientação do seu estudo e esclarecimento do seu espirito. Proporcionavam lhe regalos á vista, não lhe rasgavam horisontes á intelligência. Constituiam um deleite sensual e não uma fonte fecunda de ensinamento.

Isto diferenciava profundamente os antiquários empíricos dos arqueólogos eruditos.

Por isso mesmo só estes últimos podem levar a cabo trabalhos monumentais de reconstituição científica á semelhança dos de Champolion no Egypto, ou sabem fazer ressurgir, com a beleza eterna da verdade, cheias de interesse e de revelações, as épocas mortas, como o tem admiravelmente realizado alguns romancistas e historiadores modernos.

Por meio da arqueologia literária, conjugada com a científica e artistica, é que em tantos livros célebres se tem ressuscitado sociedades findas, reanimando e movimentando personagens ha muitos seculos extintas.

Sirvam entre nós de exemplo algumas narrativas românticas de Herculano e alguns quadros históricos magistralmente traçados pela pena vigorosa de Oliveira Martins.

Quando a fantasia do romancista ou a imaginação do dramaturgo tem a auxilia-las a sciência da antiguidade e a visão nítida das civilizações remotas, não admira que se façam com tal rigor e brilho de colorido trabalhos de ressurreição histórica tão maravilhosos como o de Gustavo Flaubert na *Salammbô*, em que foi exumada, insuflando-lhe uma intensa vida, a velha Carthago.

Nem as páginas comovedoras do *Quo Vadis* deveram a sua rápida, retumbante e universal popularidade senão ás extraordinárias faculdades evocativas do seu autor e ao profundo conhecimento que este possuia da Roma dissoluta do tempo de Nero.

A corrente que, desde o renascimento literário na Europa, se formara no sentido de valorizar como elementos preciosos de estudo os monumentos de toda a espécie, não só originara a criação e multiplicação de cursos de arqueologia, de que se aponta como primeiro o que os Medicis instituíram em Florença, mas impelira também os governos e muitos particulares a reunirem em museus de estudo collecções de inestimável valor.

Os móveis e os utensílios usados pelos antigos, os documentos escritos, os túmulos, as estátuas e as telas, as pedras lavradas e as madeiras esculpidas, as armas e as ferrágens, as moedas e as faianças, todos esses objectos sobre que se firmaram a epigrafia e a paleografia, a numismática, a iconografia e a gliptografia, e sobre que se sistematizaram os vários ramos da arqueologia moderna, objectos que a princípio se guardavam muitas vezes apenas como simples trofeus de conquistas bárbaras, passaram a con-

servar-se como trofeus também, mas de campanhas científicas e de conquistas da erudição. E aquela corrente inovadora que vinha engrossando desde a Renascença, dominava completamente o espirito dos estudiosos no século XIX.

A' sua influência não podia eximir-se portanto um môço português que a ância de se ilustrar levava ao estrangeiro — á França e á Italia — e que ali recebera o influxo directo das idéas dominantes nos meios científicos e artísticos daquela época.

Discípulo do grande pintor Domingos de Sequeira, a quem seguira para fora de Portugal, entusiasta e cheio de aspirações, Joaquim Possidonio Narciso da Silva — pois êsse era o joven architecto a quem aludo — regressou passados anos á sua pátria dominado pelo ardente empenho de pôr em prática inovações e iniciativas que o seduziram nos países estranhos que visitara. E uma delas foi precisamente a criação, ha meio século, desta Associação, nascida e baptisada com o nome de Associação dos Architectos Civis Portugueses.

Lembrar hoje como se realisou este facto, que estamos festejando e comemorando, e recordal-o especialmente para render ao benemérito a quem êle mais se deve, o preito da nossa saudade e do nosso enternecido reconhecimento, reputo o, como já disse, um dever do cargo, a que entendo não poder faltar sem que deixe de ser intérprete do sentir de quantos nesta casa se congregam para lhe continuarem com fervor a obra meritória.

Anexo e sob a guarda desta Sociedade, foi instalado o Museu Arqueológico sustentado pela Associação. E alguêm já notou que o direito de prioridade na organização de um museu desta natureza em Portugal pertence a Possidonio da Silva e aos que o acompanharam nesse empreendimento.

Outros museus poderão ser, e são efectivamente, muitissimo mais ricos. Nenhum talvez achou, porém, logar mais pitoresco, scenário mais adequado e sugestivo para se instalar do que êste nosso. Porque o edificio, só por si, já é uma reliquia arqueológica do mais singular valor e das mais interessantes e nobres tradições.

Esqueleto quase descarnado de um grande e outrora formosissimo corpo que a todos maravilhava pela robustez da sua estrutura e pela elegância das suas linhas architectónicas, ainda hoje documentadas nos restos que nos abrigam, serão estas ruínas,

tais quais se encontram, o mais bem disposto local para nelas se recolher e apresentar um museu arqueológico bem organizado?

A isto responde o nosso *Catalogo* publicado em 1892, inserindo uma *advertencia* explicativa do motivo por que não fôra dada aos objectos expostos uma colocação mais conveniente. E a razão alegada era — e creio que não deixou ainda infelizmente de ser — a falta de execução dos melhoramentos neste edificio ordenados pelo governo em 1889, três anos antes!

De queixas destas, igualmente justificadas e por igual desatendidas, salvo raras e honrosas excepções, estão cheios os nossos anais.

Mas não falemos em assuntos tristes quando se trata de festejar uma data duplamente alegre para nós — porque relembra a da fundação desta Sociedade e porque prova que, apesar do abandono official a que tem sido votada, ela pôde viver honestamente durante meio século. E meio século era, entre os hebreus, o praso para o jubileu geral em que se concedia remissão das dívidas, culpas e castigos aos responsáveis, e, em tal ocasião — como ensina um lexicógrafo clássico — só se tratava de dar, com orações, votos e sacrificios, graças a Deus dos beneficios recebidos.

Ora, se é certo que a respeito de *beneficios recebidos*, não temos desgraçadamente muito por que devamos render graças nem aos deuses do ceu, nem aos grandes da terra que as dispensam, quanto a *votos e sacrificios*, não ha dúvida de que não nos teem faltado no pretérito, nem é de crer que venham a escassear-nos no futuro.

Demos comtudo também neste dia do nosso jubileu como remidos os pecados de quantos, por desleixo, por indiferença ou por pouco amor a esta Associação, a não teem protegido como podiam, nem escutado e atendido como deviam!

E, já que nos distinguiram com a sua presença pessoas que, pela sua alta posição official, podem agora ouvi-la e patrocina-la, animo-me a requerer-lhes, como grande mercê, que redimam os pecados dos seus predecessores, interessando se, mais e melhor do que elles, por esta instituição.

De lastimar seria que tal não succedesse, visto que não ha missão mais desinteressada e patriótica do que a que se propõe desempenhar uma colectividade que apenas professa o culto, im-

parcial e insuspeito de favoritismos, que os arqueólogos votam aos monumentos do passado confiados á sua guarda.

Dizia Champollion-Figeac que «os monumentos não pertencem a êste ou áquele partido, a esta ou áquella facção», e assim é.

Não pode o arqueólogo, em relação aos objectos da sua amorosa predilecção, ser incriminado de afeições pessoais ou de sectarismos facciosos, desde que nenhuma das sugestões que transviam o critério dos homens das normas rigorosas da justiça, pode influenciar quem, pelo espírito, vive tantos séculos distanciado da época presente.

E' tempo de terminar. Demais abusei já da complacência de quem me ouve.

Todos certamente anseiam por escutar a palavra fácil e quente, colorida e pitoresca, vibrante e entusiástica do nosso querido consócio e vice-presidente sr. Rozendo Carneiro. Quer pelo muito que da sua eloquência ha a esperar, quer pelo assunto que versará — o elogio de cinco dos nossos consócios falecidos que mais serviços prestaram a esta Associação — justificadissimo é tal empenho.

Quem tanto estima e respeita as cousas do passado não pode deixar de respeitar e querer ás pessoas que nesse passado conquistaram glória e fama. Por isso hoje aliamos á festa comemorativa do cincoentenário associativo, esta comemoração piedosa.

Aqui antecipo ao sr. Rozendo Carneiro os calorosos agradecimentos da Associação a que presido pela sua aquiescência a prestar-nos tão assinalado serviço. Como também me cumpre, traduzindo igualmente o sentir desta Sociedade, agradecer ao nosso prestimoso e dedicadissimo consócio sr. Antonio Felix da Costa, artista considerado e distintissimo, o haver mais uma vez afirmado o seu devotado amor a esta colectividade com a gentil e penhorante oferta de três valiosas telas que são os retratos do Conde de S. Januario, Valentim José Correia e Joaquim José da Nova.

Estes cidadãos prestantissimos tiveram no pincel do sr. Felix da Costa, como vão ter na palavra do sr. Rozendo Carneiro a condigna consagração dos seus grandes serviços e merecimentos.

A todos quantos trouxeram a esta sessão o concurso das suas simpatias e o testemunho da sua solidariedade — quer ás entidades officiaes que a honram com o seu comparecimento, quer aos particulares que lhe dão o realce e brilho da sua presença — devo ainda apresentar, em nome da Associação dos Arqueólogos Portuguezes, os protestos do maior reconhecimento pela graciosa aceitação do convite que lhes dirigimos.

Seguidamente foi lido o expediente que constou dos documentos seguintes :

1.º — Carta do sr. Ministro da Instrução, agradecendo o convite e declarando não poder comparecer.

2.º — Idem do sr. Ministro das Finanças, por motivo de doença.

3.º — Idem do sr. Luís Derouet, administrador da Imprensa Nacional.

4.º — Telegrama do socio benemérito sr. Visconde de Castilho, associando-se á homenagem prestada e declarando não poder comparecer.

5.º — Telegrama — idem — do socio sr. Antonio Sardinha, de Monforte.

6.º — Officio do sr. Dr. Rodrigo de Sousa, agradecendo a homenagem prestada a seu primo Valentim José Correia e sentindo não poder comparecer.

7.º — Idem do Dr. Joaquim Alfredo de Sousa, idem.

8.º — Carta do Dr. Leite de Vasconcellos, declarando não poder comparecer por motivo de ter de se ausentar de Lisboa.

9.º — Idem do sr. Pereira de Miranda, por motivo de serviço publico.

Depois o sr. Dr. Alfredo da Cunha deu a palavra ao sr. Rózendo Carvalheira que iniciou o seu discurso, findo o qual, o sr. Ernesto da Silva agradeceu as honrosas referencias á memoria de seu Pae, o fundador desta Associação, e todos os socios presentes acompanharam até á porta o sr. Presidente da Republica.

Em seguida, foi encerrada a sessão.

Eram mais de 4 horas da tarde.

O SECRETARIO,
G. de Matos Sequeira.

UM FEIXE DE SAUDADES

Commemoração do 50.^o anniversario da fundação da Associação dos Architectos e Arqueologos Portugêses

Esboço de elogio historico dos falecidos socios

Valentim José Correia, Conde de S. Januario, Joaquim José da Nova, Adolpho Ferreira Loureiro e Gabriel Pereira



Rozendo Carvalheira

MEUS SENHORES:

Completa hoje cincoenta annos de existencia, esta nossa benemerita e querida Associação. O simples enunciado deste facto, só por si bastaria para a classificar entre as mais uteis e prestimosas da nossa terra; porque, meio seculo de vida, consagrada ao exclusivo e devotado culto das tradições patrias, constitue alguma coisa de grande, de desinteressado e dignificante, com que todos legitimamente e com desvanecimento nos devamos orgulhar.

Quando, após as luctas que abrangeram o primeiro quartel do seculo findo, os animos cançados de tanto sangue vertido entre irmãos, conseguiram encarar serenamente o futuro, repararam, com justificado pavôr, na vasta sementeira de ruina, que todos, no meio da paixão obcecante do seu crêdo politico, haviam lançado á terra que lhes fôra berço commum, e sentiram então como que,

o estremecimento de um remorso, porque só nesse momento repararam na grandeza do seu crime, que permittira aos estranhos que viessem com mãos profanas, macular o relicario sagrado das nossas crenças, e devastar barbaramente o precioso peculio das nossas tradições.

Desde a preciosa Biblia dos Jeronymos, que Junot nos roubára como o mais pérfido dos gatunos, até á mutilação selvatica das preciosas obras d'arte nos nossos templos, e destruição rapiante dos admiraveis tumulos dos nossos maiores, jacentes nas soberbas cathedraes que a piedade e a fé haviam fundado como irrefragavel documento da nossa passada grandeza e crença, tudo isso, e mais do que isso, foi pasto da voracidade e latrocinio, dos que, espreitando como milhafres a lucta fraticida em que nos envolveramos, esperavam momento azado para colherem a suculenta preza, que fatigada numa lucta feroz e ingloria, havia de consentir inerme e acobardada, que lhe devorassem a sua melhor substancia, dando-se ainda por feliz ao reconhecer que o inimigo cuidára em lhe deixar como desvalioso despojo, a vida... talvez na previsão de novo assalto!...

Ferida de morte, exangue, a nacionalidade portugueza, ao tentar erguer-se da morbida e fatal prostração em que cahira, lançou os olhos pelo passado fóra; e nessa visão retrospectiva de tanta grandeza que fóra, de tanta abnegação e cavalheirismo sepultos, ella, num heroico repellão, invocando uma e outros, resolve num esforço supremo, regenerar-se e viver!

Foi então, nesse tonificante periodo de revivescencia nacional, que a voz profética e sagrada d'alguns devotados patriotas, n'um grito heroico, num brado sincero e admiravel de ouzadia, se fez ouvir, recriminadora e triste, maguada e forte, para clamar ás turbas desvairadas, aos espiritos obcecados e iconoclastas, o respeito sagrado pelos nossos monumentos, a protecção desvelada ás nossas tradições.

Entre esse côro de revoltados contra o vandalismo dominante, avultam as vozes comovidas e vibrantes de acrisolado patriotismo, de Herculano e de Garrett.

Ninguem como elles, soube com tão altiva coragem, verberar os crimes de lesa tradição, que a cada passo se perpetravam por toda a parte, no meio duma impassividade lastimavel e uma

cumplicidade doentia, que apavoravam todos os que, como eles, compreendiam o altissimo valor documental dos monumentos d'arte e tradição, para uma nação que carecia nessa epoca e ainda hoje carece, demonstrar a sua razão de ser de povo livre, que a si, ao seu proprio esforço deve, a sua independencia e a sua historica reputação mundial.

Empunhado por tão valentes e tão patrioticas mãos, o pendão revolucionario que se desfraldava em prol dos monumentos patrios, muitos devotados crentes, se acolheram á sua sombra benefica, e dentro em pouco, esse nucleo tornou-se *hoste* e a *hoste*... fez-se cruzada!

Foi então que um novo *Pedro Ermita* surgiu, cheio de fé e de patriotismo a prégar ás luzas gentes, um crêdo novo de resurgimento e reconquista, não para que novamente se tomasse ao dominio barbaro, o tumulo de Christo; mas sim, para que se conquistasse ao dominio dos barbaros, o nosso espolio monumental, que pouco a pouco desaparecia feito em pedaços, pelo camartelo demolidor dos novos vandalos, a quem tudo servia para fazer dinheiro e para fazer entulho!

Esse crente devotado, esse patriota audaz, esse grande portugêz, foi, Joaquim Possidonio da Silva.

Arquiteto amantissimo da sua arte; patriota acrisolado como poucos, arqueologo apaixonado pelas tradicionaes belezas da sua terra, ele consubstanciou em si, todo o espirito de revolta da sua epoca, contra os vandalismos perpetrados, e paladino audaz duma bela causa, nunca mais descançou enquanto não pôz a bom recato algumas das preciosas reliquias desse vasto espolio, que via perder-se pouco a pouco.

Tão desinteressada foi a sua campanha benemerita, e tão ardente foi o acrisolado amor que por ela revelou, que dentro em pouco, ao seu chamamento, muitos patriotas acorreram, para comungar na mesma causa, suggestionados pela sinceridade ardente com que ele os impulsionava a essa nova *guerra santa* em prol das tradições do nosso passado glorioso.

E assim, com esse nucleo restricto de crentes, ele fundou esta associação, que tem sido ha meio seculo, a vigilante sentinela, contra tudo o que possa conspurcar ou desvalorisar o nosso tesouro de tradições patrias e monumentais.

Comemorando-se hoje, o meio seculo de existencia da nossa Associação, seria uma ingratição cruel, não chamar numa evocação saudosa, o nome desse grande português, que teve a suprema virtude, de prégar o seu crêdo patriótico, através da indiferença dum grande numero dos seus concidadãos, do sorriso sarcastico de alguns, e até, das injurias deprimentes de muitos.

A sua fé inabalavel lutou contra toda essa corrente de hostilidades e venceu, porque devia e merecia vencer.

Fundada a *Associação dos Arquitectos e Arqueologos Portugêses* ele reconheceu, que era necessario fazer uma campanha educativa, a respeito do valor e alcance dos nossos monumentos de arte e tradição, e ele, já cançado por uma longa e laboriosa vida profissional, deu o exemplo, de, dentro desta Associação, sua filha diletta, estabelecer um curso de lições regulares de arqueologia, com que, gradualmente ia preparando os espiritos estudiosos e amantes da sua patria, a defendel-a dos impulsos inconscientes por vezes, e por vezes conscientemente criminosos, dos vândalos de varia especie, que parece haviam jurado fazer desaparecer da terra portuguesa tudo quanto pudesse significar um padrão de gloria da nossa inconfundivel nacionalidade.

Lutou como um denodado guerreiro medieval *por sua dama*, e ao sentir-se prostrado pelo fragor da insana luta, exaustas as forças, cançados os musculos de aço com que briosamente defendera a causa de que fôra o mais ardente e apaixonado paladino, ele, o patriota eximio, o português de lei, não quiz partir para a eterna vida da morte, sem nos deixar como que a continuar-lhe a vida entre nós todos, o precioso legado de seu filho ⁽¹⁾ que tem sabido com exemplar piedade filial e dedicação associativa, continuar a tradição benemerita de seu pai, o adoravel e saudoso patrono da nossa Associação, que hoje comemóra o seu meio seculo de existencia.

(1) A morte acaba de roubar á nossa Associação mais um seu sócio, quasi um seu filho dilecto, que herdeiro das tradições de seu pai, tanto a honrou com a sua inexcêdível dedicação, fazendo do culto associativo uma quasi razão de ser de sua vida, honrada. Como tributo de intensíssima saudade aqui lhe deixa o autor destas linhas, expressa em seu nome e no da nossa querida Associação, a homenagem de sincera mágua, por tão infáusto e inesperado acontecimento. — R. C.

O sr. Visconde de Castilho, com aquela vernaculidade e riquêsa com que sabe revestir os seus trabalhos literarios, fez ha anos, neste mesmo logar, o elogio historico de Joaquim Possidonio da Silva; e por essa occasião, a sua privilegiada pena, traçou com inconfundivel maestria, o perfil benemerito e inconfundivel deste grande portuguez.

Arriscar neste momento qualquer tentativa de elogio a esse vulto saudoso a quem o paiz e a nossa Associação tanto devem, seria quasi uma profanação, porque, ninguem mais e melhor o saberia fazer, do que aquele illustre escritor, e archeologo erudito, que soube com rara leveza e conscienciosa minudencia, fazer reviver perante todos nós, a *Lisboa antiga*, com todos os seus defeitos, os seus costumes, e as suas incontestaveis grandezas.

Entre os notabilissimos elogios historicos que teem sido lidos nesta Associação, tres se impõem á nossa admiração incondicional pela forma elevada e castiça, como foram elaborados.

O primeiro, *Elogio historico do Imperador do Brasil*, feito pelo nosso illustre consocio Dr. Alfredo da Cunha; o segundo, o já mencionado de Joaquim Possidonio da Silva, pelo sr. Visconde de Castilho; e o terceiro e ultimo da serie, o *Elogio historico de Sousa Viterbo*, pelo nosso actual presidente Dr. Alfredo da Cunha.

E' meu intuito neste momento, citando-os de passagem, prestar um acto de justiça, aos illustres panegiristas, que pondo o seu brilhante talento ao serviço da nossa Associação, conseguiram honrar por fórma elevadissima e digna, os nossos mortos queridos, prestando á sua memoria saudosa as homenagens justas e merecidas que pelos seus relevantes serviços á nossa causa tão intensamente conquistaram.

E se é um praser triste, memorar as virtudes e os talentos dos nossos consocios a quem a morte prostrou, maior praser ainda é louvar os serviços e ráros merecimentos dos que ainda a Providencia conserva entre nós, para desvanecimento e honra de todos e proveito da nossa illustre e benemerita Associação.

Entre esses, um existe, a quem eu neste momento folgo de fazer as mais justas e merecidas referencias, porque, pelo seu admiravel trabalho tanto concorreu, para que esta Associação, pagando uma divida sagrada de reconhecimento á memoria de

um dos seus mais illustres ornamentos, se elevasse á altura e dignificação das suas mais illustres congéneres da Europa.

O *Elogio historico do Dr. Sousa Viterbo*, é um trabalho por fórma tão completa, sincero e modelar, que ele por si só faria a completa reputação litteraria do seu auctor, se a sua individualidade não estivesse desde muito tempo consagrada, como um dos mais justamente cotados homens de letras do paiz.

Temperamento delicadissimo de poeta de raça; prosador elegante e opulento de conceitos, alma delicada e terna, espirito e coração sempre florentes para o culto do bem, da justiça e da beleza, tudo isso ele poz ao serviço da sua bela obra de consagração e saudade, enaltecendo um grande amigo morto, que bem mereceu pelos seus grandes serviços prestados á terra que lhe foi berço, a rara felicidade postuma de ter um panegirista á altura do seu raro valor e rarissimos e diamantinos dotes d'alma inegalavel.

A grande figura moral idealmente prestigiosa de Sousa Viterbo, não podia encontrar maior nem melhor artista para o modelar e fundir no ouro purissimo de uma impecavel prosa, immortalizando-a, do que o Dr. Alfredo da Cunha, que de perto o conhecera e apreciara como poucos, que fôra seu dedicadissimo amigo, e que sondára com os cuidados de mineiro consciante e carinhoso, o inesgotavel jazigo de diamantes que se ocultavam na sua alma de eleição, temperada por Deus para a cruel odiseia do sofrimento e dôr.

Seja-me licito pois, neste momento, que fazendo em nome da Associação dos Archeologos Portuguezes, uma sentida evocação de saudade ao grande morto que tanto a honrou e enalteceu, eu tambem em seu nome, saude com desvanecimento e respeito, aquele que hoje por consenso de todos nós, preside aos seus destinos, honrando-a com o prestigio do seu nome e com os superiores dotes do seu talento e character.

*

* * *

Os meus queridos consocios, deliberaram soberanamente, que eu viesse aqui, no dia de hoje, perante V.^{as} Excellencias, fazer o

rápido bosquejo panegirico de cinco dos nossos socios fallecidos.

Como soldado disciplinado, obedeci... melhor fizera talvez, desertando das fileiras, porque, compulsando as proprias forças reconheci, que a grata mas difficil empreza que a benevolencia dos meus amigos e confrades me confiara, era muito superior aos meus fraquissimos recursos.

Conscio porém, de que, por pequeno e humilde que seja o tributo, ele é sempre d'algum valor, quando signifique a nota sincera de um desejo de bem servir a bem intencionadas intenções, aceitei o encargo, que buscarei desempenhar nos limites de minguadas forças, e quem sabe se, sob a pressão de dolorosas maguas intimas que n'este momento me conturbam e preocupam o enevoadado espirito...

Adeante!...

Cumprir um encargo sagrado, pagando as dividas de gratidão áqueles que nos prestaram serviços valiosos, é o mais nobre apañagio de um character, e o mais dignificante dever de uma collectividade.

A Associação dos Arqueologos Portuguezes não esquece, não póde esquecer os serviços relevantes d'aqueles que devotadamente a serviram, e concorreram com a sua devoção patriótica, para o seu engrandecimento moral. O culto pela tradição, o seu grande amor ás reliquias monumentaes do passado, não obliteraram nela, o sentimento de justiça e apreço para com todos aqueles que no passado ou no presente lhe trouxessem ou tragam o obulo valioso dos seus desinteressados serviços.

Se regista com desvanecimento e louvor, tantos concursos valiosos prestados pelos seus obreiros dedicados á sua causa benemerita, tambem com magua, reconhecimento e dôr, sabe inscrever no livro de ouro das suas ephemerides associativas, os nomes sempre lembrados dos seus benemeritos mortos, encimados da palavra: — Saudade.

Esse culto piedoso, cumpre-o sempre, nobre e honradamente, com aquella solitudine e amôr com que as grandes e bem organisadas familias cuidam de honrar a memoria dos entes queridos que perderam.

Porque é bem que se diga; aqui, sob estas historicas ruinas, n'este lugar pacifico e recolhido, como um templo, existe um pe-

quenino mundo á parte, com vida propria, com sentimentos seus, com uma profunda e sentida communhão de ideias.

Parece que sob estas vetustas abobadas, o bom genio aládo da Patria nos inspira, fazendo de todos nós irmãos, que se abraçam como que consubstanciados no mesmo ideal commum!

Ha um não sei que, de profundamente simples, de profundamente bello, que faz com que todos nós aqui dentro, nos sintamos um pouco melhores do que somos lá fóra!

E' isso talvez devido ao facto singelo e simples, de que, todas as vezes que nos congregamos para a realização dos nossos trabalhos associativos, trazemos qualquer tema novo, do sempre velho tema patriotico, cujo fim principal é, invariavelmente, a defeza dedicada e ciumenta do nosso patrimonio commum, representado pela tradição dos fastos gloriosos da nossa grande, bella, heroica e idolatrada Patria!

E sendo assim, não é de estranhar, que existindo um só, o objectivo commum, um só seja o sentimento de todos!

Como os arabes que ao entrarem nos templos, deixam no vestibulo as sandalias, conspurcadas da lama e pó dos caminhos, assim nós todos, ao entrarmos sob estas historicas abobadas, deixamos á entrada as nossas paixões políticas, as nossas incompatibilidades, os nossos odios sectarios, para nos concentrarmos num recolhimento de crentes, na nossa missão piedosa de patriotismo e de amôr.

Amôr, sim, por tudo quanto foi grande e bello para a nossa nacionalidade! Amôr, sim, por tudo quanto dignificou a nossa existencia colectiva como povo que sempre aspirou a ser livre e independente!...

Amôr, por todo esse vasto patrimonio que nos legaram os nossos maiores, como tonificante exemplo a seguir para nos fortalecermos nos momentos crueis da adversidade.

*

* * *

O nosso desvelado culto pelo passado, no que ele teve de grande e glorioso, não implica um estacionamento de ideias e de acção que nos impeça de nos integrarmos no presente, com a

mesma devoção patriótica que motiva e justifica esse sincero e ardente culto; pelo contrario.

Se amámos desvanecidamente as tradições nobilissimas da nossa independencia, é porque desejamos e queremos que a nossa Patria continue a ser independente; — se admirámos comovidamente a ousada coragem civica de alguns dos nossos heroicos antepassados, é porque, desejamos e queremos, que esse nobre exemplo sirva para perpetuar na alma portugueza, esses principios de honra e do dever; — se levantamos um altar de apaixonado culto, por esses valentes e ousados portuguezes de outr'ora, ricos de aventura triumphante por mundos desconhecidos, é porque, desejamos e queremos que o mesmo genio audaz se insuffle nas gerações presentes e futuras, para as animar á conquista, não de novos mundos, porque todos os descobrimos para a civilisação, não de novas terras porque de sobra as possuímos a ponto de com elas crearmos nacionalidades novas, mas sim do nosso logar prefixo e respeitado no concerto geral das civilisações modernas, onde usufruámos a consideração de um povo que a si tudo deve e a quem os outros devem muito, e que deseja e quer, manter o livre direito de *ser livre em sua casa!*

*
* *

A tradição, é a soberana força ancestral dos povos; é o impulso, o exemplo, a lição em que devem firmar-se para manterem os seus direitos. Uma tradição não se improvisa, possue-se ou não se possue; os que a tem, devem amál-a acrisoladamente, como uma preciosa origem de energia latente que de longe nos vem fazer vibrar, induzindo-nos e multiplicando-nos por consequencia, as proprias energias.

Ela tem o poder do *radium*, infiltrando as suas emanações através os corpos e o espaço, dando-nos luz e calôr, sem que perca uma particula ponderavel da sua natureza e valor.

E' preciso conhecê-la p'ra que se possa adorar.

Ela ensinou os povos a libertarem-se porque lhes deu a lição da escravidão. Ela ensinou as nações a respeitarem-se, porque lhes deu a lição cruel dos dominadores tiranos que sonharam imperios de usurpação e de dominio universal.

Ela ensinou os grandes da terra a manterem-se em limites humanos, porque lhes mostrou a lição dos oprimidos, quebrando as cadeias da servidão cruel, reconquistando com sangue, as perdidas liberdades nativas. Ela demonstrou aos detentores do poder, de todos os tempos, que esse deposito sagrado dos povos, temporario e delicado, deveria ser religiosamente mantido, não em beneficio dos mesmos detentores, mas em beneficio dos depositantes que eram o povo, e mais lhes mostrou a rubra côr da sanguinária moeda com que os povos pagavam os seus crueis desenganos aos que abusaram da sua confiança e boa-fé.

Ela ensinou ainda aos dominadores da terra a *ilusão* em que viviam, aconselhando-lhes: — Cuidado!... e apontou essa *ilusão* aos povos, recommendando-lhes: — Prudencia!

E quando os dois se apaixonaram, envolvendo-se em terri-
veis excessos, foi ella ainda que contristada e dolorida lhes apontou *um mar de sangue e de destroços!*

*
* *
*

A tradição é, pois, uma enorme força basilar das nacionalidades; e quando mesmo comsigo traga até nós, os exemplos de pavorosos destroços e de sanguinárias lutas, ainda assim constitue um valioso factor civilizador, porque, nos traz documentada a triste lição de factos, contra os quaes nos devemos precaver.

Os vestigios monumentaes de um povo que foi grande; a documentação archeologica ou artistica duma grande civilização extinta; são factores complementares e incontrovertidos da historia escrita, que a reforçam e fortalecem.

Não se pôde ajuizar com justiça duma civilização, ou duma nacionalidade extinta, só pelo relato simples e sumario das suas conquistas territoriaes, das suas batalhas e dos seus retumbantes triumphos, ou desastrosas derrotas.

Carecemos, para que desas civilizações se possa formar completa ideia, de lhes sondar a vida intima, de lhes adivinhar os costumes, as crenças, as virtudes domesticas e sociaes; e tudo isso só vagamente chega até nós, desvanecido e falseado pela tradição escrita.

Existem porém, documentos, que os seculos nos transmitiram mais ou menos mutilados, mas que a sciencia e o estudo completaram e traduziram, que nos falam com sincera eloquencia desse latejar social de extintas nacionalidades, permittindo-nos recompô-las, no seu character, na sua fé, nos seus costumes; finalmente, na *sua arte*. Que ideia formariamos nós hoje dessas extraordinarias civilizações extintas do Egypto, da Babilonia, da Grecia e Roma, se não chegassem até nós os seus formidaveis, belos e grandiosos monumentos darte?

E como poderiamos concluir em face deles, a vida retrospectiva de que derivam, se os não estudasemos com sciencia e consciencia, com desvelado amor e cuidado?

Que ideia poderiamos nós formar da civilização Assiria, se não soubessemos lêr nos caracteres cuneiformes dos seus monumentos os fastos principaes da sua historia?

Como poderiamos hoje ajuizar com precisão da grandeza da civilização Egypcia, se nos principios do seculo passado, Champolion não tivesse com uma intuição genial decifrado a figuração hieroglifica que constitue a decoração fundamental de todos os seus colossaes monumentos?

Sendo pois a Arqueologia, uma sciencia de reconstituição e constituindo ela, por assim dizer, a *alma Mater* da historia, todos aqueles que ao seu estudo devotado se entreguem, são benemeritos sacerdotes dum culto de que beneficiam todas as sociedades modernas.

*

* * *

E' esse culto desinteressado e puro que, neste templo e sob estas ruinas que o tempo entoou com a poeira doirada duma linda tradição, cheia de fé, amor e patriotismo, se celebra, com aquella devoção concentrada e piedosa dos verdadeiros e sinceros crentes.

Dentre esses, os que vivem, vão recolhendo carinhosamente no relicario douro duma saudade colectiva, a memoria benemerita daquelles que dentre as suas fileiras foram caíndo fulminados pela morte; e hoje que o *templo* está em festa, memorando meio seculo da sua fundação, é justo que sobre o altar-mór desse

templo feito de patriotismo, estudo, paz e amor, coloquemos os santos e martyres da nossa legião sagrada, para que sobre elles caiam as pétalas da nossa reconhecida saudade, por nós piedosamente desfolhadas em honra da sua memoria.

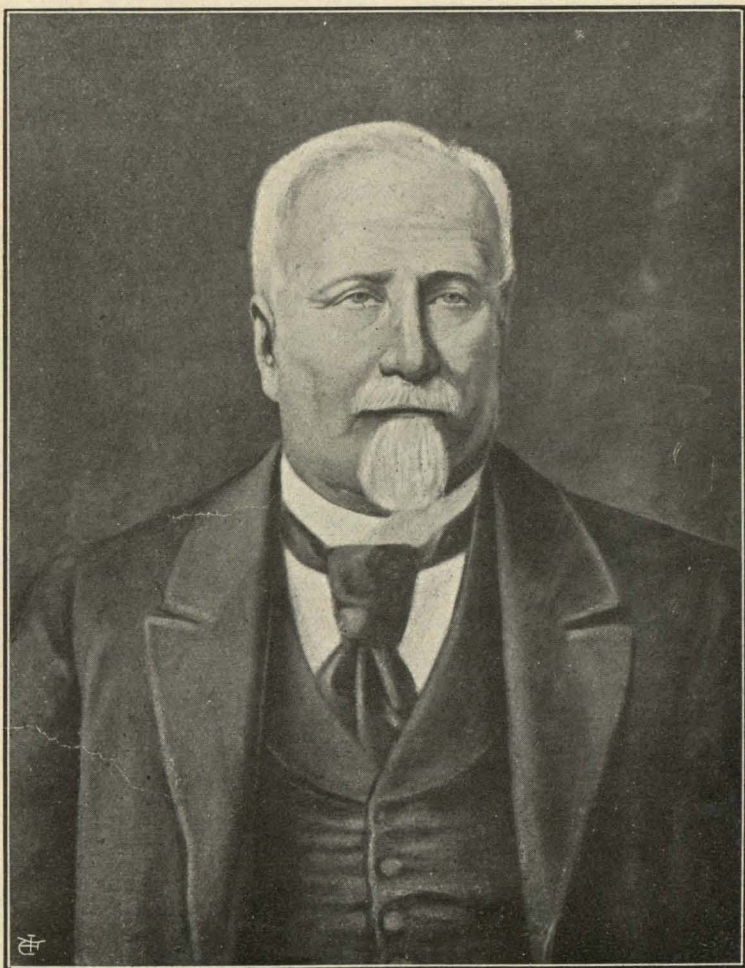
Quiz o destino e a vontade dos meus illustres consocios, que fosse eu o escolhido para em seu nome, neste dia e neste lugar, desfolhar um *feixe de saudades* sobre a memoria prestigiosa de alguns dos nossos queridos mortos; vou fazel-o, talvez com mão inhábil e profana, mas com o sentimento profundo de quem pratica um altissimo dever de justiça e reconhecimento.

Antes porém de o fazer, seja-me permittido prestar a homenagem do meu reconhecimento a um confrade illustre, e muito distinto artista, o sr. Antonio Felix da Costa, que com tanta distincção e brilho sabe conciliar o seu culto pela arte antiga, com o exercicio proficiente da arte moderna, e a quem devemos os magnificos retratos do *Conde de S. Januario, Valentim José Correia e Joaquim José da Nova*, que V.^{as} Ex.^{as} poderão admirar na sala da nossa bibliotheca.

Tambem julgo do meu dever tornar publico o meu reconhecimento, ao meu velho e querido amigo e colega Antonio Mêna Junior, pelo valioso subsidio que me prestou, fornecendo-me interessantes notas biographicas sobre os cinco benemeritos a quem, em rapido esboço, vou passar a referir-me.

Escolhi para titulo deste desvalioso trabalho, *Um Feixe de Saudades*, porque julguei assim synthetisar melhor a *côr*, o sentido triste da nossa homenagem á memoria de cinco dos nossos, queridos mortos, e ainda porque sinto e por certo todos nós sentimos, que a *saudade* é a doce e piedosa efflorescencia das almas tristes.

Começarei pois por desfolhar a primeira dessas simbolicas florinhas sobre a memoria benemerita de



Valentim Corrêa

Valentim José Correia

Nasceu em Lisboa a 14 de fevereiro de 1822 e faleceu na mesma cidade a 14 de julho de 1900.

Era filho do architecto Feliciano de Sousa Correia, que foi socio fundador da nossa Associação e que como conceituado profissional que era, dirigiu a construção do Theatro de D. Maria II e muitas outras importantissimas obras, entre as quaes as das propriedades da Casa de Bragança, no antigo Thesouro Velho. Coursou a Academia das Bellas Artes, onde, além da architectura, estudou com aproveitamento notavel a pintura, deixando dessa sua comprovada aptidão, documentos de valor, entre os quaes avultam alguns interessantes retratos de familia e valiosos estudos reveladores duma feliz organização de pintor. Tendo pouco mais de 20 annos de idade entrou como architecto para o serviço de obras publicas, onde seguiu uma brilhante carreira profissional que o elevou a architecto de 1.^a classe, chefe de seção, situação esta em que a morte o surpreendeu.

No inicio da sua carreira artistica, foi encarregado da elaboração de um projecto para a conclusão do edificio dos Jeronymos que injustamente foi posto de parte, mas do qual mais tarde outros se aproveitaram, apropriando-se das interesantissimas janelas por ele imaginadas, que lá existem e que ainda hoje entre os technicos da especialidade são conhecidas pelas *Janellas Valentim*. Esse simples detalhe architectonico dá-nos exacta ideia do seu valor como architecto distintissimo. Planeou e executou muitas e importantes obras, quando ao serviço do Estado, e entre essas avulta a restauração da igreja dos Paulistas, hoje séde da freguezia de Santa Catharina. Foi um dos mais procurados profissionais do seu tempo, sendo dele os projetos da casa Calleia, na Avenida, onde esteve o Hotel Mata, e da Casa Quintão, vasto e moderno predio da mesma Avenida, ultimo por ele projectado. Foi um dos mais distinctos technicos da sua especialidade, e o seu voto nessa materia, era geralmente respeitado e accete por todos, porque soube aliar ao vasto saber profissional um *tacto* e um saber de *experiencia feito* que o tornavam invencivel, em questões em que ele tivesse de sentenciar. Era incisivo e seco, nas suas sentenças technicas, porque ellas derivavam sempre, de

uma apreciação conscienciosa dos factos submettidos á sua erudita apreciação. Foi ao serviço do Estado, um dos mais respeitad-
 dos e respeitaveis funcionarios, embotando-se sempre junto do
 seu character honestissimo, as flexas envenenadas dos maledicentes
 de profissão.

Foi um dos socios fundadores da nossa Associação e a ella
 prestou relevantissimos serviços, ligado a Joaquim Possidonio da
 Silva, pelos laços da mais estreita amisade e admiração, porque
 foi dos raros que no periodo inicial, presenciou os esforços do
 benemerito fundador para levar a cabo a sua tarefa patriotica.

Pelos seus valiosos serviços, foi-lhe por esta Associação con-
 ferido o titulo de *Socio Benemerito* em sessão magna de 13 de
 dezembro de 1899; já anteriormente em sessão de 17 de junho
 de 1894 lhe havia sido conferida a nossa *medalha de prata*. Oc-
 cupou n'esta Associação que elle tão desveladamente estimava,
 varios cargos, sendo por occasião do seu fallecimento, seu vice-
 presidente.

E aqui teem V.^{as} Ex.^{as} em ligeirissimos traços, o perfil dum
 verdadeiro benemerito, porque tendo ao serviço do Estado, pres-
 tado serviços valiosos, veio ainda aumentar o seu honroso cadas-
 tro patriótico, pondo todo o seu trabalho e dedicação inimitaveis,
 ao serviço da salvaguarda do nosso tesouro de tradições, que
 ele como patriota eximio, amava com devoção inexcedivel. Foi
 como homem, um character incorruptivel de rija tempera, tendo
 um fervoroso culto pela honra e o dever; e como profissional dis-
 tintissimo um dos mais justamente apreciados do seu tempo.

Eis os topicos essenciaes do seu valor e do seu character; e
 eis-me chegado ao momento, em que sobre a sua memoria res-
 peitada e querida, eu desfolho a minha primeira saudade !...!

Proseguindo na minha dolorosa e ao mesmo tempo grata ta-
 refa, de espargir sobre sepulturas, as flores humildes das nossas



Conde de S. Januariis

consagrações amigas, vou defrontar-me com a figura prestigiosa e grande do que foi na sociedade portugêsa e no nosso meio associativo, um dos mais gloriosos ornamentos; quero referir-me ao nosso ante penultimo presidente, o

Conde de S. Januario

Ao compulsar as suas notas biograficas, eu vejo com assombro justificado, toda esta vasta folha de honrosos serviços prestados á sua Patria:

Januario Correia d'Almeida, Barão, Visconde e Conde de S. Januario; bacharel formado em mathematica, pela Universidade de Coimbra, general de divisão, ministro de Estado, par do reino, socio correspondente da Academia das Sciencias de Lisboa, socio fundador da Sociedade de Geographia e seu primeiro presidente, presidente da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugêses, governador das Indias, Cabo Verde, Macau, etc.

Nasceu em Paço d'Arcos a 31 de março de 1829, onde faleceu em 27 de maio de 1901. Era filho de Januario Correia d'Almeida, fidalgo cavaleiro da Casa Real e tesoureiro geral da Armada e de sua mulher D. Barbara Luiza dos Santos Pinto Correia d'Almeida.

Assentou praça na companhia dos guardas-marinhas, passando depois á arma de cavalaria em 4 de março de 1842:—mais tarde matriculou-se na Escola Polytechnica, seguindo os estudos com muita distinção e completando o curso em 1845, aos 16 annos de idade.

Tendo-se portado distintamente na batalha de Torres Vedras, em 22 de dezembro de 1846, foi promovido a alferes, *por distinção* para o regimento de lanceiros n.º 1.

Em 1849, matriculou-se na faculdade de mathematica da Universidade de Coimbra, *sendo premiado em todas as cadeiras dessa faculdade e da de philosophia.*

Recebeu o grau de bacharel em 1853.

Em 29 de abril de 1851 foi promovido a tenente e em 1854 passou ao serviço do Estado Maior, no qual fez toda a sua carreira militar, sendo promovido a capitão em 19 de março de 1863; a major, em 21 de janeiro de 1876; a tenente-coronel, em 3 de setembro de 1879; a coronel, em 11 de junho de

1884 ; a general de brigada, em 30 de junho de 1893 e a general de divisão, em 13 de maio de 1896. Passou ao quadro auxiliar por limite de idade, em 7 de Janeiro de 1898.

Foi director das obras publicas do districto de Cabo Verde, percorreu todas as ilhas deste arquipelago e a costa da Guiné, e escreveu a respeito desta possessão um livro intitulado : — *Um mez na Guiné*, que se publicou em Lisboa em 1859.

Em 1860 foi nomeado governador geral interino da mesma provincia, de onde retirou em 1861, por ter findado a sua commissão, offerecendo-lhe por essa occasião os povos de Cabo Verde, uma *espada de honra* e uma *medalha de ouro*, como reconhecimento dos muitos beneficios que lhe deviam.

Como director das obras publicas, levou a effeito o caes no porto da praia da Ilha de S. Thiago e casa da camara, quartéis e estradas na mesma ilha ; as alfandegas nas ilhas de S. Vicente e do Fogo, e outras obras importantes.

Como governador, instituiu o lyceu na capital da provincia, regularizando o serviço do correio e reformando muitos outros.

Regressando a Portugal, foi nomeado diretor das obras publicas, nos districtos de Braga e Vianna do Castelo, onde já em 1855-1856, fizera largo estudo de estradas e outros melhoramentos.

Em 15 de janeiro de 1862 estando ao serviço dessas commissões, foi nomeado governador civil do Funchal.

Ainda no mesmo anno foi nomeado governador civil de Braga, onde havia rebentado uma revolta militar. Em fevereiro de 1861 foi nomeado commissario régio no districto de Villa Real, para syndicar das irregularidades dumas eleições municipaes, e por fórma tal se houve nessa commissão, que foi louvado no parlamento. Nomeado governador civil do districto do Porto, em 26 de outubro de 1864, ali realisou importantes melhoramentos, promovendo de acordo com a direção do Palacio de Crystal, a exposição internacional de 1865.

Foi deputado pelo Porto.

Foi agraciado com os titulos de : Barão de S. Januarío, em 10 de fevereiro de 1866 e com o de Visconde, em 9 de setembro de 1867.

Em 1870 como governador da India, reorganizou a administração, fez cunhar nova moeda, reprimiu os bandidos que traziam a provincia em sobresalto, e visitou todo o nosso dominio indiano.

Em Bombaim, publicou em 1872 um livro intitulado : — *Duas palavras acerca da ultima revolta do exercito da India*, obra que foi muito apreciada pela sinceridade e *côr local* como estava escripta.

Em 1872 foi nomeado governador de Macau e Timor, e em 1874, foi nomeado ministro plenipotenciario na China, Japão e Sião.

Voltando a Lisboa em 1873, foi um dos fundadores da Sociedade de Geographia, de que ficou sendo presidente honorario.

Em 1878 foi nomeado encarregado de negocios junto de todas as republicas da America do Sul, com as quaes effectuou *dezeseis tratados*.

A 20 de janeiro de 1880, foi nomeado par do reino, e em 2 de julho do mesmo anno, ministro, pela primeira vez, num gabinete presidido por Anselmo Braamcamp, sendo-lhe confiada a pasta da *Marinha e Ultramar*.

Em 1886, voltou ao poder, encarregado da pasta da *Guerra*.

A 21 de junho de 1887, foi chamado a *Conselheiro de Estado*.

Em 1896 foi-lhe confiado o commando da 1.ª divisão militar.

Quando ministro da Guerra creou a escola pratica de infantaria em Mafra.

Foi tambem comandante geral do Estado Maior e da Escola do Exercito.

Possuia todas as principaes condecorações nacionaes e estrangeiras, desracando-se entre as ultimas a da Legião de Honra, que ele muito presava.

Em 1880, publicou um interessante opusculo, intitulado a *Missão do Visconde de S. Januario nas republicas da America do Sul*, contendo as descrições das republicas do Paraguay, Uruguay, Argentina, Bolivia, Perú, Chili e Mexico.

Em sessão da nossa Associação de 22 de novembro de 1881, foi-lhe conferida a *medalha de prata*.

*
* * *

Pelo rapido resumo que ahi fica, da vida e serviços prestados pelo conde de S. Januario, pôde ajuizar-se a grandeza da perda que para o paiz e para a nossa associação constituiu a sua morte.

O museu da nossa associação deve á sua cooperação valiosissima os melhores exemplares d'arqueologia egypcia, e neste momento eu posso garantir, que entre os muitos cargos que occupou durante a sua prestimosa vida, e entre as inumeras distincções com que foi honrado merecidamente, nenhum cargo, nem nenhuma distincção o lisongeava mais, do que aquelles que aqui lhe foram conferidos, como premio justo aos seus altissimos serviços, prestados ao culto das tradições de que elle foi um intelligente e prestimoso sacerdote.

E eis-me finalmente chegado, ao desfolhar piedoso da minha segunda saudade.

*

* * *

Contrastando com a brilhante e larga folha de serviços que á vossa attenção generosa e gentil, acabei de enumerar, apresenta-se-nos, a breve resenha de outra vida, simples, dedicada, e bôa, que precisamente por isso, se impõe ao nosso respeito, á nossa sentida gratidão.

Não apresenta ella, o brilho desusado, dos que pela vida fóra se foram engrandecendo pela proeminencia dos lugares e situações conquistadas pelo talento e saber; mas em compensação, impõe-se-nos, pela espontanea bondade, pelo intenso e patriótico desejo, de cooperação valiosa, na nossa obra pacifica de estudo e de amôr pelas tradições que fizeram grande, a nossa idolatrada terra.

Eis a rapida resenha biografica de um dos nossos mais saudosos socios benemeritos.

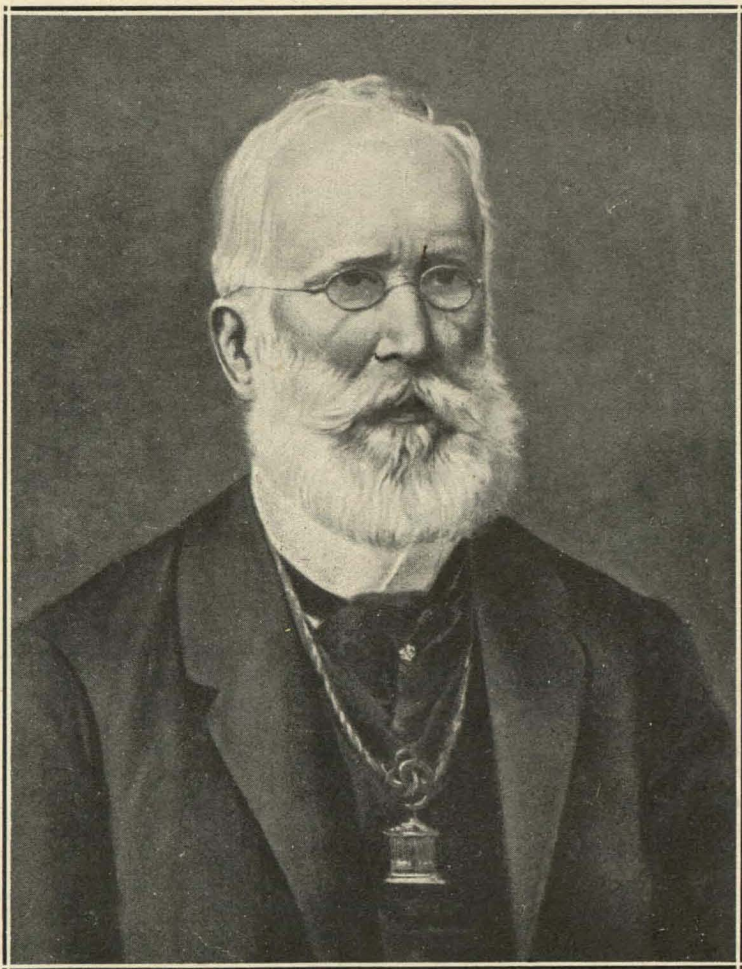
Joaquim José da Nova

nasceu na villa da Povia de Varzim, em 14 de Julho de 1824. Foram seus pais Domingos José da Nova, e Anna Felizarda da Rocha. Foi muito novo para o Brasil, onde passou trabalhando o maior e o melhor tempo da sua mocidade. Sentindo a nostalgia da patria, a ella regressou como bom filho, nela passando tranquilamente, os ultimos 25 annos da sua vida.

A honra e o dever, foram os dois polos da sua vida; e por esse motivo a sua memoria é religiosamente respeitada por todos os seus conterraneos.

Quando partiu para o Brazil, tinha apenas 14 annos.

Com disposições inatas para o commercio, a ele se dedicou com afinco e honestidade, angariando em pouco tempo, justificada fama de honrado e cumpridor; a fortuna compensou os seus esforços honestos, proporcionando-lhe meios de satisfazer ás predileções do seu espirito, progressivo e bem temperado, e dentro em pouco, ele podia entregar-se á leitura dos nossos melhores autores, enriquecendo o seu peculio de conhecimentos liiterarios, com



Joaquim José da Nova

aquella avidez característica das almas entusiasticas e simples.

Foi um apaixonado admirador do cantor das nossas glorias e levou a sua incondicional admiração, a ponto de saber e recitar de cór, o immortal poema de Camões.

Viajou bastante pelo estrangeiro, desenvolvendo-se lhe nessas viagens, o gosto pela arqueologia, a que mais tarde se dedicou com entranhado affeto.

Simple, estudioso, dedicado e bom, dividiu a sua existencia entre o trabalho e o estudo, e não contente com essa exclusiva orientação da sua vida, quiz ainda tornal-a mais util á sua patria, associando-se a uma bella obra de bondade com seus irmãos José e Francisco, na fundação dum asylo de Invalidos do Trabalho, para ambos os sexos, para o que, d'accordo com seus irmãos, deixou um importante legado, para tal fim á misericordia da sua terra natal.

Em seu testamento deixou um legado de 2000000 réis á nossa Associação, a que ele pertencia e de cujo titulo muito se orgulhava.

Faleceu em Povoá de Varzim a 18 de março de 1903.

Fôra eleito socio correspondente em 1882 e socio effectivo em 1899; e tendo offerecido ao cofre associativo a importancia de 1000000 réis, foi proclamado *socio benemerito*.

Adolpho Ferreira Loureiro

Honra e gloria da engenharia portugueza, o general Adolpho Ferreira Loureiro, foi a mais extraordinaria organização de trabalhador erudito que conheci; — Ao serviço do Estado, ao paiz, consagrou o melhor do seu esforço, da sua actividade, do seu vigoroso talento e a sua dedicação ao trabalho e ao estudo, não conhecia limites, como limites não teve o seu amor e dedicação a esta associação a que pertencemos, de que ele foi prestigioso presidente, e a que ele sempre numa ancia de a bem servir, tributo um trabalho, por vezes extenuante, para as suas depauperadas forças.

Pode dizer-se com verdade, para honra da sua memoria benemerita, que depois do seu paiz e da sua familia de que foi chefe

modelar e amantissimo, o seu maior e mais acrisolado affecto foi o que dedicou a esta associação, que hoje comovidamente procura honrar a sua saudosa memoria.

Adolpho Ferreira Loureiro, nasceu em Coimbra a 12 de dezembro de 1836.

Na Universidade cursou a faculdade de mathematica em que tomou o grau de bacharel formado em 1856 frequentando depois a Escola Polytechnica e Escola do Exercito, com destino á carreira militar. Em 1858, foi promovido a alferes, fazendo serviço em infantaria, cavalaria e artilharia, como preparação ao curso do Estado Maior, sendo promovido a tenente em 1860; a capitão em 1865; a major, em 1884; a tenente-coronel, no mesmo anno; a coronel, em 1893; a general de brigada, em 1899 e a general de divisão, em 1902, posto em que se reformou.

Em 1863, foi nomeado para servir no ministerio das Obras Publicas, desempenhando os cargos de director da 2.^a circumscripção hydraulica, comprehendendo os serviços das bacias hydrograficas dos rios Mondego, Vouga e Liz; foi director dos trabalhos do porto de Lisboa e das bacias hydrographicas entre os rios Liz e Guadiana.

Foi Director Geral de Obras Publicas e Minas, tendo a graduação de Inspector Geral do Corpo de Engenharia Civil. Foi tambem director da construcção da Penitenciaria de Coimbra. A' data do seu falecimento era Presidente do Conselho Superior de Obras Publicas e Minas, da Associação dos Engenheiros Civis e da Associação dos Arqueologos Portugêses.

Na engenharia hydraulica são notaveis os seus trabalhos publicados com os titulos de:

Estudos sobre o Porto de Macau — Os Portos Maritimos de Portugal e Ilhas Adjacentes — Projecto de Melhoramento de um Porto de Abrigo e Creação do Porto Commercial Anexo — Porto de Leixões, e ainda muitos outros trabalhos neste genero, que lhe deram justa notoriedade, não só entre nós, mas ainda no estrangeiro.

Além de engenheiro dos mais illustres e distintos, foi tambem um literato de valor, como o atestam o seu livro de versos *Espinhas e amores*, que se publicou em Coimbra em 1889: — a obra em dois volumes para a comemoração do centenario da



General Adolpho Ferreira Loureiro

India em 1898, intitulada: *No Oriente, de Napoles á China*, que faz parte das contribuições da Sociedade de Geografia, para a celebração do mesmo centenario.

Foi muito dedicado a estudos archeologicos, historicos, litterarios e bibliographicos, possuindo coleções importantissimas; sendo notaveis a *Camoneana* e da *Guerra Peninsular*, e a de objectos curiosos e lembranças referentes a Napoleão Bonaparte.

Era socio da Academia das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra e de muitas outras sociedades litterarias e scientificas do estrangeiro.

Falleceu em Lisboa a 22 de novembro de 1911.

*

* * *

A rapida enumeração que ahí fica, define o retrato moral do nosso saudoso presidente, e esta associação que tanto amou, consagrando-lhe hoje a memoria, cumpre o mais grato dos seus deveres, pagando um tributo de saudade a quem tantas e tão doloridas nos deixou.

*

* * *

Nesta peregrinação atravez de sepulturas, vamo-nos encontrar com a de um homem, que foi o vivo exemplo do trabalho e da modestia. Os seus enormes serviços prestados ás tradições patrias, e á nossa Associação, são d'aquelles que não podem ser esquecidos, e o seu registo simples, basta, para lhes definir a grandeza. Evocando-lhe hoje e n'este logar, a sua memoria benemerita eu vou desfolhar sobre ela a ultima saudade do feixe que tributei ás nossas consagrações de hoje.

Gabriel Pereira

Gabriel Victor do Monte Pereira, nasceu na cidade de Evora a 7 de março de 1847.

Terminados os seus estudos preparatorios cursou a Escola Naval, não concluindo o curso.

Exerceu o magisterio secundario na cidade de Setubal e foi depois empregado na secretaria da Misericordia de Evora, onde organisou o importante cartorio daquella instituição.

Em 1887 foi admittido para trabalhos bibliographicos, na Bibliotheca Nacional de Lisboa, sendo por decreto de 29 de dezembro do mesmo anno, nomeado conservador e director da mesma bibliotheca.

Por decreto de 13 de novembro de 1902, foi nomeado inspector geral de bibliothecas e archivos publicos, e pelo decreto de 18 de março de 1911, collocado inspector das bibliothecas eruditas e archivos.

Tinha a carta de perito paleographo.

E' vasto o catalogo dos seus trabalhos, salientando-se entre elles, os que publicou com os titulos de :

Dolmens ou antas nos arredores de Evora — Invasão dos Normandos na Peninsula Iberica — Documentos relativos á historia e geographia da Peninsula Iberica — Estudos Eborenses — coleção de 36 monographias interessantissimas para a historia e descrição de Evora — Documentos historicos da cidade de Evora, parte 1.^a, 2.^a e 3.^a que não concluiu.

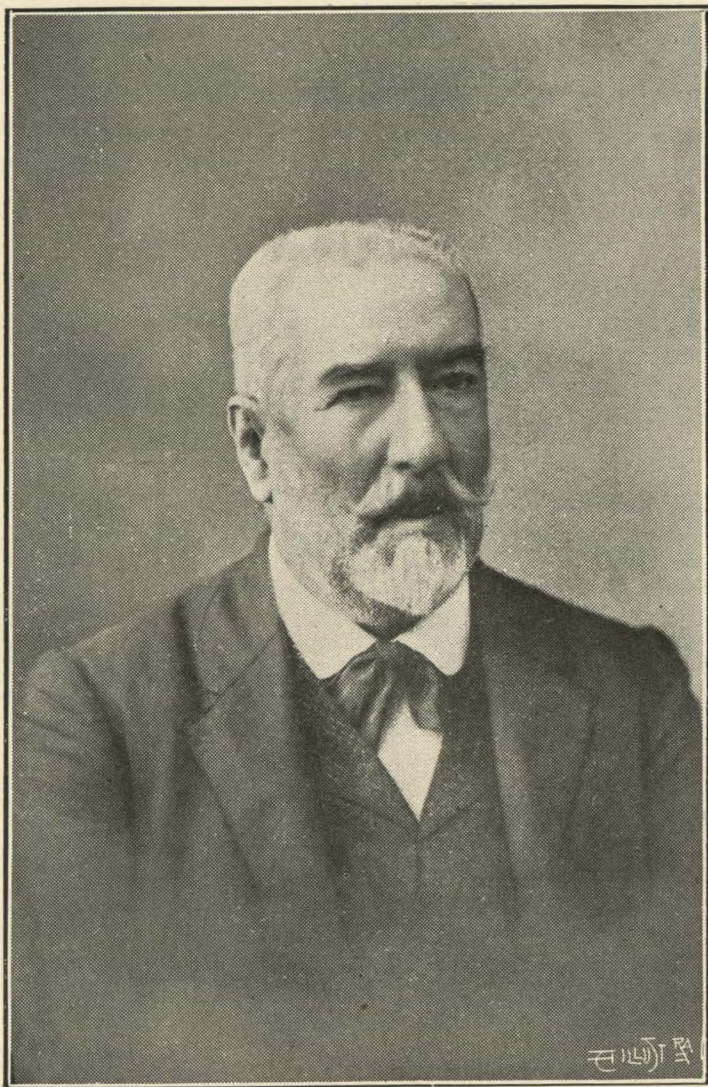
Catalogo dos pergaminhos do cartorio da Universidade de Coimbra; e ainda muitos outros opusculos sobre bibliothecas e archivos e monumentos nacionaes. Publicou ainda, *Os esmaltes e pinturas da casa Palmella* — Exposição de cartographia na Sociedade de Geographia de Lisboa — Museu Nacional de Bellas Artes — Pelos suburbios de Lisboa, etc.

Foi presidente da extinta comissão de monumentos nacionaes, socio correspondente da Academia das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra e de muitas outras sociedades eruditas nacionaes e estrangeiras.

Na nossa associação foi durante muitos annos secretario da mesa da assembleia geral, presidente da secção de archeologia, conservador do museu e director da publicação do nosso boletim, onde se encontram artigos seus muito interessantes e curiosos.

Em 2 de maio de 1879, foi-lhe conferida pela associação a medalha de prata.

Falleceu em Lisboa, repentinamente, a 16 de dezembro de 1911.



Gabriel Pereira

*

* *

Eis-me afinal, chegando ao termo da minha dolorosa peregrinação. Se a minha mão inhábil não soube traçar, embora em rápido e incorreto esboço, os perfis saudosos desses cinco patriotas e benemeritos da nossa associação, que essa falta seja neste momento suprida, pela sinceridade com que o fiz, e que me seja permitido como remate e homenagem condigna, invocando as suas memorias saudosissimas, tributar-lhes em nome da Associação que tanto honraram, os louvores que tão justamente mereceram, porque honrando-se a si, souberam honrar e enaltecer como cidadãos modelares a terra que lhes foi bemdito berço, a nossa bella, a nossa querida Patria.



O sr. Ernesto da Silva
agradecendo as homenagens a seu pae

SR. PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E SENHORES

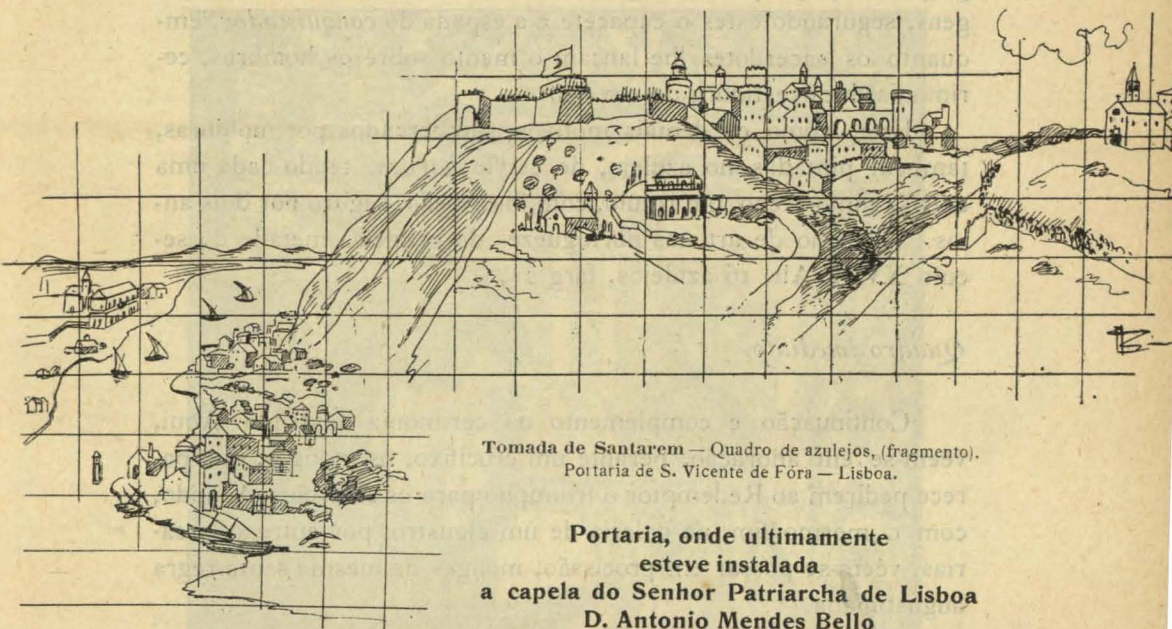
Quanto me commove e impressiona esta solemne e brilhante sessão, que hoje se realisa n'este grandioso Templo, tão notavel pelas suas recordações historicas e pela sua belleza architectonica, onde foi estabelecida a Associação dos Architectos Civis Portuguezes; mais tarde, quando se inaugurou o Muzeu Archeologico, denominada — Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, e, ultimamente, depois de reformados os seus estatutos, denominada [Associação dos Archeólogos Portuguezes.

Fundada em 22 de Novembro de 1863, completou hontem 50 annos d'existencia, que hoje se comemoram tão solememente.

Durante este largo periodo de tempo tem prestado relevantissimos serviços á Architectura e á Archeologia Nacionaes, merecendo as referencias elogiosas, feitas pelos illustres oradores que me precederam, como pelos distintos colaboradores do numero especial do *Boletim*, que esses factos registam com louvor, exaltando ao mesmo tempo, e por egual fórma, os méritos do seu venerando fundador Sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, o que muito me sensibilizou.

Por dever, e muito gratamente, me cumpre manifestar a Vv. Ex.^{as} os meus mais expressivos agradecimentos, affirmando-lhes a minha perduravel gratidão.

Azulejos de S. Vicente de Fóra



Tomada de Santarem — Quadro de azulejos, (fragmento).
Portaria de S. Vicente de Fóra — Lisboa.

**Portaria, onde ultimamente
esteve instalada
a capela do Senhor Patriarcha de Lisboa
D. Antonio Mendes Bello**

O tecto desta grande casa foi pintado por Vicente Barcarelli ⁽¹⁾ em 1710 e restaurado por Manuel da Costa em 1756, como o declaram as inscrições collocadas por cima das duas portas interiores que ladeam o altar mór. Representa o *triumpho da Igreja contra os Manicheus*, tendo como figura principal Sto. Agostinho.

Esta sala é guarnecida por alto alisar de azulejos pintados a tinta azul, genero *camãeu*, sob esmalte lacteo, representando diferentes passagens da historia portugueza.

Entre as duas portas principaes apresenta essa parte do alisar D. Affonso Henriques, acompanhado d'alabardeiros, pagens e um cão. O fundador da monarchia portugueza é esperado veneradamente por monges, ou, antes, conegos regrantes de Sto. Agos-

(1) Este tecto, pintado a oleo, é uma das melhores obras que nos deixou este artista italiano, que veiu para Lisboa nos fins do seculo XVII.

tinho, á entrada de um templo sagrado, onde vae preparar-se para a grande empresa contra os sarracenos, como se vê indicado mais á direita, como que atravez do muro do mesmo templo, num grupo composto por seis figuras: o rei, tres sacerdotes e dois pagens, segurando estes o capacete e a espada do *conquistador*, enquanto os sacerdotes lhe lançam o manto sobre os hombros, cerimonia da investidura de cavaleiro.

Este, como os demais motivos, são cercados por molduras, também pintadas no azulejo, de estylo *baroco*, tendo cada uma dellas, como fecho, um rotulo, com inscripção, seguro por dois anjos. Trabalho de artistas portuguezes da primeira metade do seculo XVIII. Alt. 16 azulejos, larg 21.

Quadro immediato.

Continuação e complemento da cerimonia descripta. Aqui, vêem-se em adoração, perante um crucifixo, os monges, que parece pedirem ao Redemptor o triumpho para os christãos. Ao lado, com o mesmo fim, na galeria de um claustro, por entre as arcarias, vêem-se passar em procissão, monges da mesma santa regra augustiniana.

Parede lateral — Tomada de Santarem.

Segundo os historiadores, a conquista desta cidade teve lugar a 11 de Março de 1147.

A acção é representada no sopé da montanha, onde está estabelecido o cêrco. É esta coroada pelo castello (Portas do Sol) com a bandeira do crescente, palacios, torres, casaria e o mosteiro de S. Bento.

No primeiro plano, á direita, Affonso Henriques, montado num soberbo cavallo, que salta sobre alguns dos já vencidos sarracenos, defende o flanco esquerdo com um escudo, onde se vêem as quinas portuguezas ⁽¹⁾ e, empunhando com a dextra a sua forte espada, dá o exemplo aos cavalleiros de que se faz acompanhar

(1) O pintor cometeu erro, pondo sobre as armas portuguezas, nessa poca, a corôa fechada.

e que, com impeto, se atiram contra os infieis, que os esperam com arcos e azagaias.

Deste mesmo lado, partindo de plano mais distante, sobem,



Quadro de azulejos. Portaria de S. Vicente de Fóra — Lisboa.

formados, muitos homens de lança para o cume da montanha até desaparecerem no arvoredos.

Desta gente se vê também nas esplanadas da fortaleza, e no ponto mais alto della ainda se mostra, hasteada e aberta pelo vento, a bandeira musulmana.

À esquerda, corre lentamente o cristalino Tejo, com pequenas embarcações, contornando as margens onduladas do Valle de San-

tarem e das terras de Almeirim; dum e doutro lado, casarias e monumentos architectonicos, de variada fórma e importancia, não esquecendo ao pintor, lá em baixo, muito longe, a celebre coluna de Sta. Iria, edificada dentro do Tejo e que serve de padrão para marcar a altura das aguas, e, subindo, recém nascido, o sol ilumina os vencedores, resplandecente d'alegria!

Alt. 16, larg. 23 azulejos.

Conquista de Lisboa.

No mesmo anno de 1147, aos mesmos secretarios de Mafoma, sete mezes apenas depois da tomada de Santarem, o mesmo D. Affonso Henriques conquistava Lisboa.

Este formidavel e emocionante acontecimento está posto em quadro, que occupa grande porção de azulejos, segundo o feitio da epoca e o sentimento do artista que o pintou e compoz, ha cêrca de dois seculos.

Immediatamente nos apparecem nesta extensa parte do alisar duas coisas interessantissimas: o estar o pintor mais proximo do facto do que nós e portanto encontrar na tradição e em documentos já hoje desaparecidos, verdades de que nos deixou conta, e o vemos a cidade de pé com autenticidades que a cruel catastrophe de 1755 fez desaparecer p'ra todo sempre.

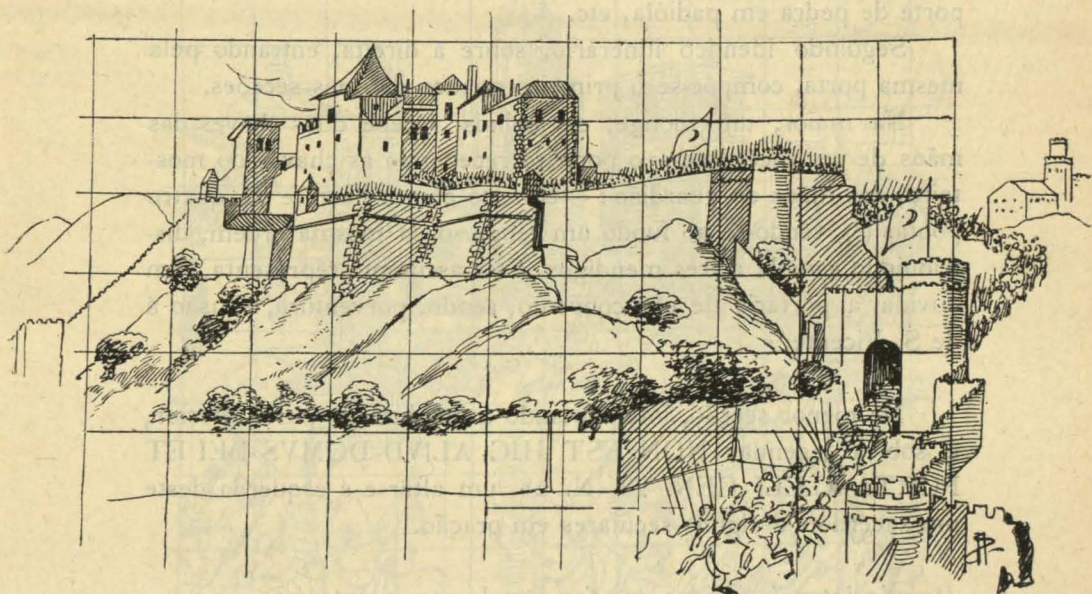
À esquerda, vê-se o desembarque dos cruzados, auxiliado por gente de terra. Ao centro, grande peleja de christãos e musulmanos nas muralhas da cidade, enquanto outros grupos fieis escalam a fortificação e entram pela porta do Castello de S. Jorge, quiçá aquella que foi aos mouros impossivel fechar por obstar a isso o corpo e a vida de Martim Moniz.

Alem do grande bulício que se presencia em todo o quadro, cujas figuras — gente d'armas — vão augmentando de proporções sobre a direita (1), tem elle uma parte importante, a paisagem e, sobretudo, a architectura, exhibida pela Sé de Lisboa (Santa Maria Maior), Castello da invocação de S. Jorge, desde D. João I, com suas variadas edificações, o chamado Paço da Alcaçova, construido por D. Diniz, e a Torre Albarran, guarda do thesouro da corôa, documentos, que o traioeiro terramoto de 1755 não poupou integralmente.

(1) A figura de Affonso Henriques tem 0,90

Os portuguezes eram auxiliados pelos cruzados dos navios, que, segundo algumas opiniões, tinham casualmente arribado ao Tejo, mezes antes, tripulados por francezes, flamengos, alemães e lorenos, com destino á Terra Santa, e commandados pelo conde Arnulfo d'Areschot, cavaleiro flamengo, de rija tempera.

Termina a longa composição pela edificação da ultima torre —lado sul— da fachada de S. Vicente de Fóra, já na parede do



Tomada de Lisboa — Quadro de azulejos (fragmento), representando o Castello de S. Jorge.
Portaria de S. Vicente de Fóra — Lisboa.

fundo. Todo este quadro é de grande interesse para os estudiosos da antiga e submersa Lisboa.

Tem este trecho por assumpto parte d'um acampamento de soldados christãos, o hospital de sangue e um altar com a Sr.^a da Saude, onde estão orando sacerdotes e dois homens bons (soldados?) (1); no primeiro plano, de pé, D. Affonso I, acompanhado

(1) Como é sabido, Affonso I fez voto de erigir mosteiros sobre os dois cemiterios onde se enterraram os christãos mortos durante o cêrco e na expugnação da cidade. «Um dos dois templos devia ser dedicado a S. Vicente, em honra da tradição, que dava o corpo o Martyr sepulto no promontorio dos Corvos.» — Visconde Castilho. — *Lisboa Antiga*.

de quatro guerreiros, á porta da sua tenda de campanha, olha e discute o projecto da igreja nas mãos do architecto João Nunes Tinoco, acompanhado de tres conegos regrantes, interessados na construcção. (1)

Por cima, em plano mais afastado, procede se á construcção a que alludi, complemento da fachada da igreja.

Cêrca, os trabalhadores aviam os materiaes da masseira, transporte de pedra em padióla, etc.

Seguindo identico itinerario, sobre a direita, entrando pela mesma porta, compõe-se o primeiro quadro de duas secções.

Na maior, um monge, de joelhos, recebe duas chaves das mãos de um sacerdote — o porteiro recebendo as chaves do mosteiro, das mãos do guardião? — coberto com o barrete de quatro pontas (2), vendo-se ao fundo um religioso da mesma ordem, distribuindo esmola a tres mendigos. Este assumpto representa, sem duvida, a portaria de um convento, sendo, porventura, allusão á de S. Vicente.

Na menor secção, interceptando a moldura na parte inferior, e sob a legenda: NON EST HIC ALIVD DOMVS DEI ET PORTA CÆLI GEN. 28, N. 28, um altar e á esquerda deste um sacerdote e alguns seculares em oração.

Parede lateral, quadro que faz angulo com o anterior.

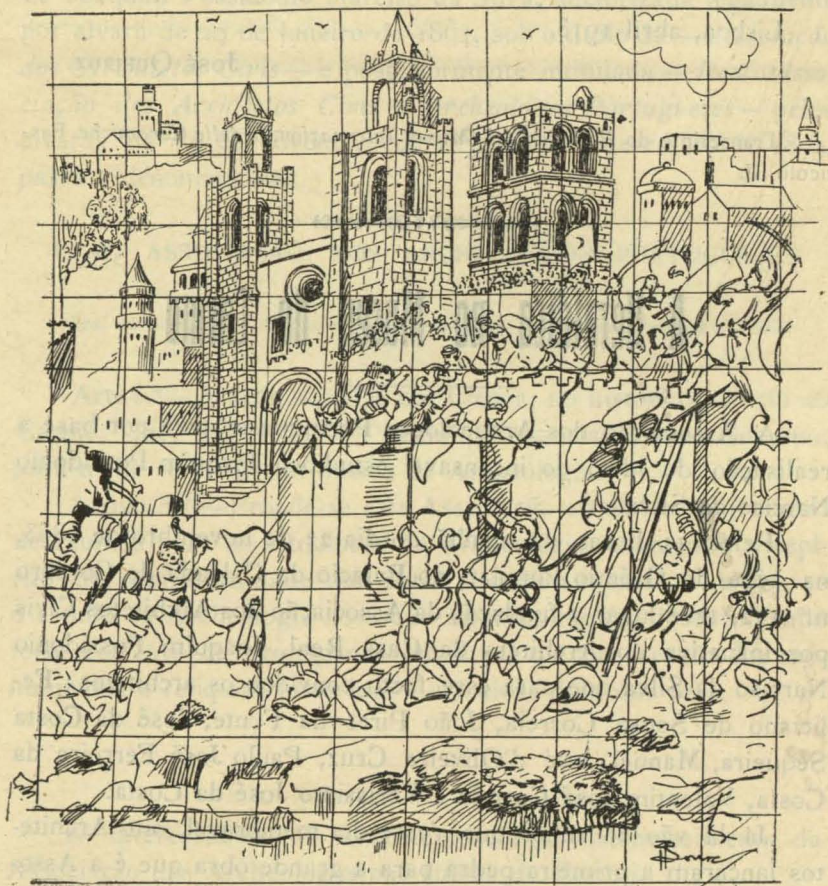
Representa Affonso Henriques, de pé (alt. 1,25), com sua armadura, corôa e manto d'arminhos e empunhando a invencivel espada; tem no alto da moldura o distico: ALPH I. ^{us} REX — e aos pés, interceptando a moldura, uma alegoria guerreira, batalhas contra os mussulmanos, onde predomina a sua figura, na mesma attitude acima descripta, alegoria da qual pouco se póde

(1) Comprehende-se o anachronismo até certo ponto. O pintor trata do grandioso feito de 1147 e copia a igreja de S. Vicente já engrandecida no anno de 1582, visto não ter observado documentos anteriores.

(2) E evidente a influencia dos Filippes, pela exhibição do barrete de quatro pontas; o dos sacerdotes portuguezes tem sómente tres, correspondentes á Trindade.

disfrutar pelo máo estado dos azulejos. Aqui vê-se a seguinte legenda : DONEC AVEERATVR LUNA : X. Psal 5 :

Seguem em quadros identicos, com as respectivas alegorias nas secções inferiores das molduras, os reis de Portugal : D. SEBASTIÃO, D. JOÃO IV, D. PEDRO II, D. JOÃO V.



Tomada de Lisboa — Quadro de azulejos (fragmento, representando a Sé.
Portaria de S. Vicente de Fóra — Lisboa.

Não descrevemos detalhadamente estes ultimos quadros, que constituem o alisar deste lado da sala, não só por não se tornar indispensavel, mas tambem para não abusarmos mais do precioso espaço do *Bollettino del Museo Internazionale delle Ceramiche*.

Portanto, para terminar rapidamente, diremos que se contam

nas grandes e pequenas paredes (estas entre portas e janellas) da antiga portaria do Mosteiro de S. Vicente de Fóra, doze composições de diferentes larguras, mas atingindo todas a alt. 2,24, e contando-se em todo o interessante e documental *lambris* 3216 azulejos, medindo cada um 0,14×0,14.

Lisboa, abril 1913.

JOSÉ QUEIROZ.

Transcripto do *Bolletino del Museo Internazionale delle Ceramiche*. Fascicolo III.

A Heraldica no Museu do Carmo

A Associação dos Archeologos Portuguezes teve por base a realisação do ideal do incansavel estudioso Joaquim Possidonio Narciso da Silva.

Pelas 11 horas da manhã do dia 22 de novembro de 1863, na séde do Grémio Popular, no Palacio da Calçada do Combro n.º 172, teve lugar a fundação da Associação dos Architetos Civis por iniciativa do Architetto da Casa Real, Joaquim Possidonio Narciso da Silva que para esse facto convidou os architetos: Feliciano de Sousa Correia, João Pires da Fonte, José da Costa Sequeira, Manuel José d'Oliveira Cruz, Paulo José Ferreira da Costa, Valentim José Correia e Verissimo José da Costa.

Já lá vão 50 annos que n'esse dia memoravel, oito Architetos lançaram a primeira pedra para a grande obra que é a Associação dos Archeologos Portuguezes.

Cincoenta annos de enormes esforços levados a effeito por vontades de ferro, constituem a obra que dia a dia tem crescido e que se aglomera dentro das ruinas da Convento de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo.

Os primeiros tres artigos do capitulo primeiro dos estatutos da Associação dos Archeologos Portuguezes aprovados pela Assembléa geral da mesma associação em sessões de 3 e 12 de ju-

nho de 1909, dão-nos um resumo das alterações mais importantes da sua organização e a causa dos seus fins.

Vejamos pois, o seu conteúdo:

Art. 1.º — A Associação Scientifica, fundada em 22 de novembro de 1863, numa reunião de oito architectos, por iniciativa de Joaquim Possidonio Narciso da Silva, auctorizada legalmente por alvará de 29 de janeiro de 1864, sob o titulo de — *Associação dos Architectos Civis* — e posteriormente intitulada — *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* — pelos alvarás de 14 de novembro de 1872 e 30 de setembro de 1879, passa a denominar-se:

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES

(*Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, fundada em 1863*)

Art. 2.º — A sede social é em Lisboa, no historico edificio do Carmo, que, em 1864, foi cedido á Associação pelo Governo, para n'elle se crear um museu de Archeologia.

Artigo 3.º — Propõe-se esta Associação estabelecer um centro de reunião para os estudiosos de Archeologia, augmentar o espirito de confraternidade que entre si devem manter, e promover o estudo da Archeologia nos seus diversos ramos, desenvolvendo forte corrente de propaganda em favor da conservação dos monumentos e reliquias historicas e artisticas do nosso paiz.

E' interessantissima a coincidencia do estabelecimento da Associação dos Archeologos nas ruinas do Carmo.

Edificado por D. Nuno Alvares Pereira, o grande condestavel, em cumprimento d'um voto feito por occasião da celebre batalha de Aljubarrota, realisada a 14 d'agosto de 1385, levou este edificio 34 annos a construir, tendo principio em 1389.

Desde a sua fundação, que foi um motivo altamente historico, foi sempre a Igreja do Carmo um verdadeiro museu.

Os retabulos tiveram as melhores telas do seu tempo emolduradas em rica talha.

Do Brazil vieram madeiras preciosas para as balaustradas que existiam na frente das 25 Capellas d'esta Egreja.

As imagens dos altares eram ornadas d'ouro e pedras preciosas que vinham do Oriente.

O thesouro da Egreja era riquissimo pela opulenta colecção de reliquias de santos.

O espaço comprehendido entre a cornija do entablamento e as abobodas, era vestido de azulejos nacionaes representando paisagens e episodios da vida de Santos.

O chão era forrado de 112 sepulturas de marmore.

Entre as maiores maravilhas d'arte, contavam-se os dois pulpitos de jaspe guarnecidos de prata lavrada e pedrarias finas que custaram 12.000 crusados.

Estes pulpitos estavam encostados ás duas primeiras columnas das naves.

N'este riquissimo museu salientavam-se duas estatuas de alabastro representando o Condestavel quando era o temido guerreiro, D. Nuno Alvares Pereira, Senhor de tres Condados e Donatario de trinta e tres Vilas, e outra representando o mesmo heroe quando era simplesmente o Fr. Nuno de Santa Maria, humilde monge Carmelita que alli, á porta do hoje Museu do Carmo, distribuia caldo aos famintos para quem esmolava a caridade dos fieis.

Falleceu D. Nuno Alvares Pereira em 1 de novembro de 1431 e durante seculos esteve o seu corpo guardado n'um tumulo de jaspe que de França mandou a sua quarta neta, a Duqueza de Borgonha.

Preciosidades historicas se guardaram na Egreja do Carmo, taes como a espada de D. Nuno e o Cepetro de D. João I de Castella, tomado na batalha d'Aljubarrota.

Infelizmente, este museu riquissimo foi destruido no dia 1 de novembro de 1755 pelas consequencias do terremoto.

Pouco mais de um seculo é passado e nas ruinas da riquissima egreja é fundado outro museu.

Coincidencia interessante, se o culto religioso desapareceu por entre a arcaria que sustinha a abobada, o culto artistico, historico e archeologico augmenta de fervor com o peso dos annos.

Desde o estabelecimento do Museu Archeologico nas ruinas

da Igreja do Carmo que por diferentes meios se tem obtido a já grande collecção de peças brasonadas.

De principio não houve a ideia de registrar a origem dessas peças, de maneira que difficil é o poder hoje reconstituir essas origens.

Por vezes se tem fallado nas Sessões da Assembléa Geral na organização d'um catalogo dos brazões allí existentes.

Na investigação que fiz no archivo da mesma associação, encontro o seguinte a este respeito :

Na Sessão da Assembléa Geral de 12 de maio de 1906, o Snr. Rocha Dias disse :

— Proponho que seja convidado o meretissimo socio effectivo, Snr. Commendador Guilherme João Carlos Henriques a redigir para o Boletim desta Associação e como elemento para o novo Catalogo, de que se está tratando, uma memoria descriptiva dos brazões, sarcophagos e campas existentes no museu do Carmo. —

Na Sessão de 18 de março de 1909 depois d'uma larga discussão sobre a falta de conhecimento das origens dos brazões existentes no museu, o Snr. Victor Ribeiro pede ao Snr. Rocha Dias, como melhor conhecedor do nosso archivo, que preste mais uma vez á Associação um inestimavel serviço, consultando a correspondencia archivada e extraindo de lá todas as noticias que interessam ao assunto.

A par destas tentativas que por motivos imprevistos não tiveram conclusão, pensava-se na organização d'uma secção de heraldica, onde os estudiosos desta especialidade pudessem prestar serviços.

No Relatorio dos actos do Conselho Facultativo de 1901, consta que em face do capitulo 7.º do artigo 30.º dos estatutos e em conformidade com o que determina o artigo 20.º do regulamento, foram organisadas as secções, sendo a sexta incumbida do estudos heraldicos.

Na Sessão da Assembléa Geral de 9 de Março de 1901, ficou estabelecido que á Secção d'Heraldica ficassem pertencendo os Snrs. Visconde de Sanches de Baena, Conde de Valenças, José do Espirito Santo de Bataglia Ramos e José Joaquim d'Ascensão Valdez.

Nunca chegou a reunir-se este Secção por motivos contrarios à vontade dos Illustres Membros.

A arte heraldica é uma sciencia que consiste em conhecer e descrever methodicamente os emblemas que caracterizam as Familias, as Sociedades, as Corporações. as Villas, as cidades e as Nações.

De longa data vive o apreço pela Heraldica; já D. Fernando I apreciava tanto os brazões da sua nobreza que mandou fazer um rico paramento todo bordado com as armas dos nobres do seu reino.

Por morte deste rei succederam-se guerras e questões que fizeram sahir de Portugal muitas familias que seguiram o partido da sua viuva, a celebre D. Leonor Telles, dando em resultado que muitas pessoas se apossaram dos brazões das familias expatriadas o que estabeleceu uma certa confusão na historia da nobresa.

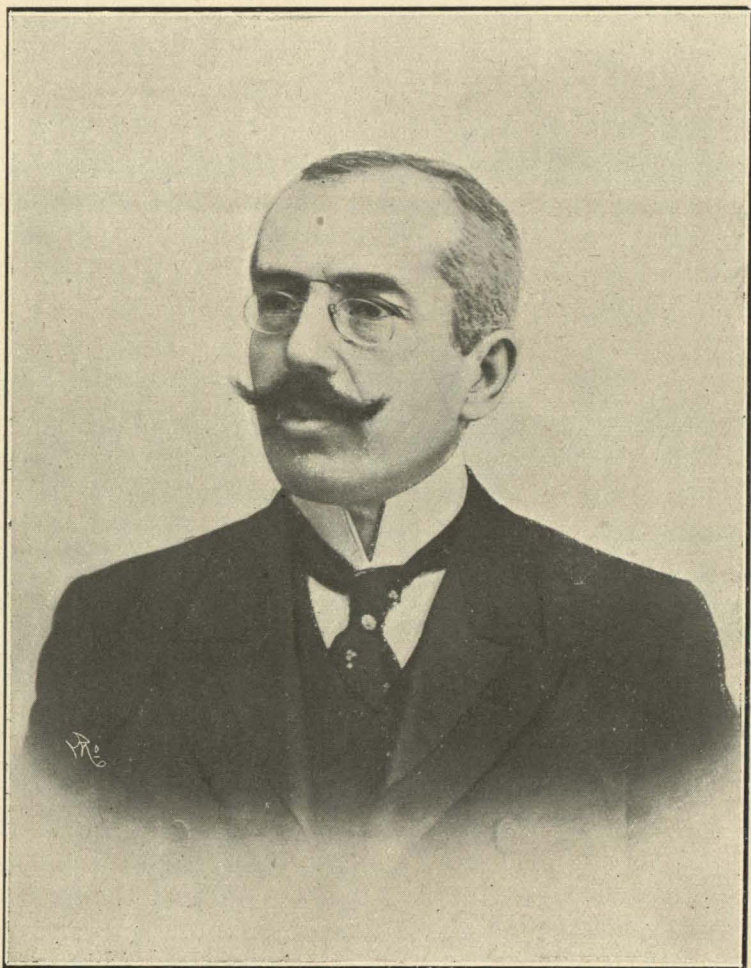
Travada a batalha d'Aljubarrota e reconhecidos depois os serviços de cada heroe, foram muitos os nobilitados, pelo que foi reconhecida por D. João I a necessidade de crear o officio de Rei d'Armas como existia em Inglaterra.

Estabelecida como que uma repartição de que era chefe o Rei d'Armas, não foram por completo evitados os abusos praticados, pelo que D. Affonso V adoptou energicas medidas tendentes a evitar a continuação d'esses abusos.

D. Manuel I foi o primeiro rei que estabeleceu regras heraldicas, mandando pelos annos de 1509 o seu Rei d'Armas, Antonio Rodrigues acompanhado do Arauto Martim Vaz, ao estrangeiro estudar as regras da Heraldica e depois nomeou uma comissão composta do Principal Rei d'Armas, de mestre Arriet, pintor allemão, e de Antonio Godinho, escrivão da sua camara, encarregando-os de comporem uma collecção de todos os brazões.

Foi no reinado de D. Manuel I que se principiou a legislar sobre heraldica, cujas leis foram respeitadas até aos nossos dias.

Tudo quanto se fez depois d'estas leis primitivas, foi só reforçando-as, como por exemplo: o Codigo Penal, aprovado por decreto de 16 de setembro de 1886, no seu artigo 237.º, que pune



DR. ALFREDO DA CUNHA

Actual Presidente da Associação dos Archeologos

o uso indiveido de brazão com a pena de prisão até seis mezes e multa até um mez.

Por todo o paiz havia enorme quantidade de escudos em predios, capellas, sepulturas, etc., os quaes a pouco e pouco teem desaparecido principalmente das egrejas que foram soalhadas de madeira e dos solares de muitas Familias por terem sido deslocados dos seus logares ou picados para não terem de pagar uma contribuição que foi lançada a quem ostentava um brazão nos seus edificios.

Muitas casas havia que por diversas circumstancias mudaram de dono, não tendo sido substituido o brazão, portanto, estes sem remorso algum, mandavam destruir o escudo para não terem que satisfazer a tal contribuição.

Preciosos elementos para o estudo geral da heraldica foram assim inutilisados pela ganancia de lançar mais um imposto. Foi em 29 de março de 1894 que legislaram a condemnação á destruição d'esses documentos, que gravados em pedra resistiriam ás trinta mil diabruras dos seculos, mas que não resistiram á barbaridade da tal lei que diz: Está sujeito á contribuição sumptuaria aquelle que tem um brazão d'armas na parede da casa da sua residencia, e não prova com documento official que esse distinctivo de nobreza lhe não pertence.

Logo a seguir outro decreto de 28 de julho do mesmo anno que diz:

Não está sujeito á contribuição sumptuaria aquelle que apresenta certidão passada pela mordomia-mór da Casa Real, por onde prova não lhe ter sido concedido o uso de brazão d'armas.

Já se vê que, ninguem requeria a tal certidão, o que immediatamente requeriam era um camartello.

Há já bastante tempo que dedico o pouco espaço disponivel das minhas obrigações aos estudos heraldicos, colleccionando tudo quanto tenho podido obter e que por qualquer circumstancia se refira a brazões.

Se ha em Portugal grande quantidade de elementos para estes estudos, em compensação o que está estudado é muito pouco.

Muitas tentativas se teem feito da publicação do Armorial Portuguez e entre todas essas tentativas, só conheço dois trabalhos que teem brazões de todas as letras do alfabeto e são elles :

— Nobiliarchia Portuguesa, tratado da nobreza hereditaria e politica por Antonio de Villas Boas e Sampaio, Lisboa. 1727.

— Índice Heraldico ou descripção completa das armas de todas as familias que em Portugal tiveram e registraram cartas de brazões de armas pelo Visconde de Sanches de Baena. Lisboa, 1872.

São estes os dois armoriaes que teem maior numero de brazões e que conseguiram chegar ao fim do alfabeto.

Vivia em mim o desejo de organisar uma sociedade em que se estudasse a heraldica portuguesa, publicando os trabalhos que se organisassem.

Para a formação desta sociedade havia um grande elemento que por si só era tudo, e esse elemento apesar de fechado n'um fortissimo circulo de modestia, deixava ás vezes alimentar a esperança de que a sociedade se organisaria.

Uma vida de trabalho heraldico, com um estudo minucioso, com uma consciencia intangivel, era na verdade um elemento que seria um crime não se aproveitar.

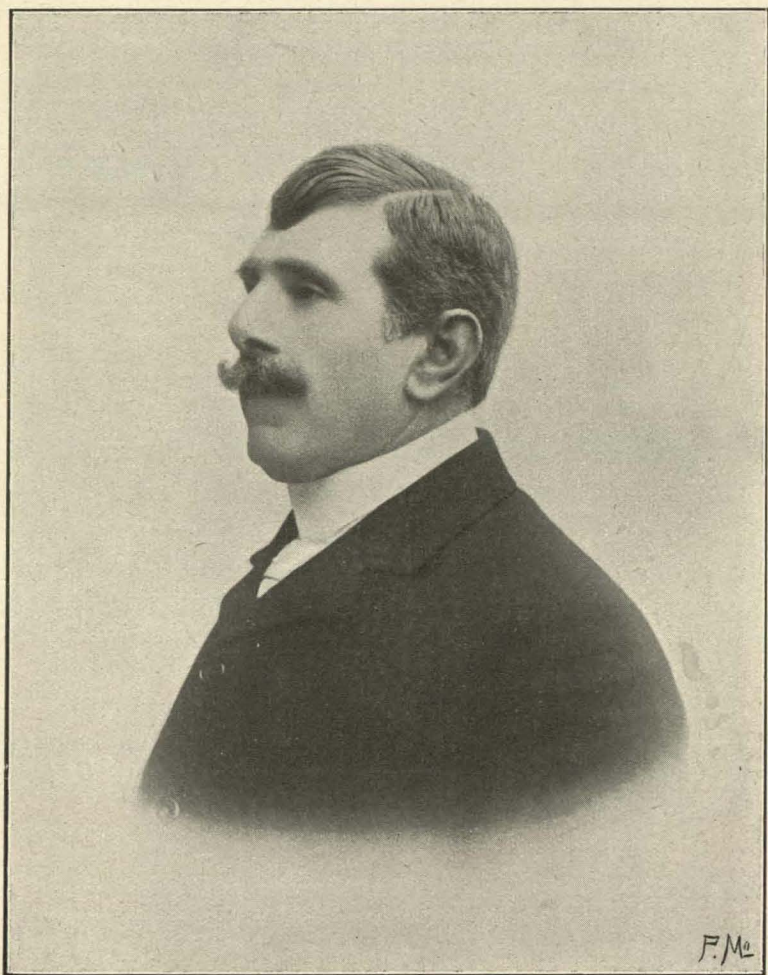
Encontrei dois companheiros d'ideias heraldicas e amigos particulares, os Snrs. Jacintho Andrade Albuquerque de Bettencourt e Luiz Filipe Andrade Albuquerque de Bettencourt.

Encontramos echo para a nossa ideia, o mestre, o Snr. Guilherme Luiz dos Santos Ferreira, o conhecedor a fundo do mais pequeno detalhe da heraldica portuguesa consentiu em se associar ao nosso projecto.

Ia se finalmente organisar uma sociedade heraldica em Portugal.

Havia projectos de circulares a estudiosos do assumpto, projectos de organização de estatutos, d'um boletim, emfim a realisação do nosso ideal.

Por intermedio do Snr. Luiz Filipe Andrade Albuquerque de Bettencourt, teve conhecimento destes projectos o Snr. D. José da Silva Pessanha, que tendo previamente consultado a Associação dos Archeologos, se offereceu para nos propor a todos quatro para socios effectivos da mesma Associação onde iriamos en-



CONDE DE SABUGOSA

Primeiro Presidente da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos

contrar reunidos varios conhecedores de heraldica, e emfim, uma sociedade já organizada e onde podiamos desde logo dar principio a trabalhos.

Ficou isto resolvido n'uma reunião que tivemos na Sociedade de Geographia de Lisboa.

Na Sessão da Assembléa Geral da Associação dos Archeologos Portuguezes, effectuada no Edificio Historico do Carmo em 29 de janeiro de 1910 fomos todos quatro eleitos socios effectivos por unanimidade de votos.

Vejamos parte dos artigos do Capitulo X dos actuaes estatutos :

Art. 53.º — A fim de tornar mais intenso o movimento scientifico da Associação, dividir-se-ha esta em secções.

Art. 54.º — São desde já creadas as seguintes secções :

- 1.ª Archeologia pre-romana ;
- 2.ª Archeologia romana ;
- 3.ª Archeologia Medievel ;
- 4.ª Archeologia da Renascença ;
- 5.ª Numismatica e sigillographia ;
- 6.ª Paleographia, epigraphia e diplomatica ;
- 7.ª Conservação e restauração de monumentos ;
- 8.ª Heraldica.

Posteriormente foi creada a

- 9.ª Archeologia Lisbonense.

Art. 55.º — A distribuição dos socios pelas secções será feita por accôrdo entre elles e a direcção, podendo cada socio pertencer a mais de uma secção.

Instalou-se a Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes, no Edificio Historico do Carmo pelas nove horas e um quarto da noite de quatro d'Abril de 1910 estando presentes conforme a ordem expressa na acta n.º 1, os Snrs : Conde de Sabugosa, Guilherme Luiz dos Santos Ferreira, Affonso

de Dornellas Cysneiros, Luiz Filipe d'Andrade Albuquerque de Bettencourt, Dr. Alvaro de Azeredo Leme Pinto e Mello, Francisco Nogueira de Brito, Jacintho d'Andrade Albuquerque Bettencourt e Gustavo de Mattos Sequeira.

Tomou a presidencia o Snr. Conde de Sabugosa, secretariado pelo Snr. Gustavo de Mattos Sequeira.

Procedendo-se seguidamente á eleição, foram por unanimidade de votos nomeados: Presidente, o Snr. Conde de Sabugosa, Vice Presidente, o Snr. Guilherme Luiz dos Santos Ferreira, e Secretario, o Snr. Gustavo de Mattos Sequeira.

Depois de varia discussão sobre os fins d'esta sessão, foi resolvido que o Snr. Vice-Presidente elaborasse um regulamento e que se organisasse um catalogo dos brazões existentes no Museu do Carmo.

Na reunião da Secção de Heraldica de 6 de novembro do mesmo anno, o Vice-Presidente, Snr. Guilherme Luiz dos Santos Ferreira que presidia, communicou que o Snr. Conde de Sabugosa tinha pedido a demissão de socio da Associação, lastimando este facto por todos os motivos e principalmente por nos vermos privados da cooperação de tão prestimoso consocio.

Procedendo-se a nova eleição, foram por unanimidade de votos nomeados: Presidente o Snr. Guilherme Luiz dos Santos Ferreira e Vice-Presidente o Snr. Dr. Alvaro de Azeredo Leme Pinto e Mello.

O novo Presidente apresentou o projecto do regulamento que foi aprovado e remettido para a Direcção da Associação para ser apresentado e discutido na Assembléa Geral.

Na sessão d'esta Assembléa de 28 de Março de 1912 foi pelo Presidente da Direcção o Snr. D. José Pessanha, apresentado o regulamento da Secção d'Heraldica que foi unanimemente aprovado, tanto na especialidade como na generalidade.

Este regulamento é do seguinte teor:

1.^o— Esta secção divide-se em tres comissões permanentes:

- a) de historia e genealogia;
- b) do armorial português;
- c) de desenho heraldico.

2.^o— As tres comissões permanentes são constituídas, sem



MAJOR G. L. DOS SANTOS FERREIRA

Actual Presidente da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos

numero fixo, pelos membros da secção que, para cada uma d'ellas, se inscreverem.

3.º— Preside a cada uma das comissões permanentes o presidente da secção.

4.º— O presidente e o secretario da secção exercem as suas funcções, quando todas ou algumas das comissões trabalham conjuntamente.

5.º— As funcções de secretario de cada uma das comissões permanentes são exercidas pelo membro d'estas, escolhido «ad hoc» em cada reunião.

6.º— A comissão de historia e genealogia occupa-se principalmente, posto que não exclusivamente, de estabelecer a identidade das familias, dos ramos e dos individuos sobre que recaem os estudos, ou cujo conhecimento interesse aos trabalhos da secção. Em geral, fornece á secção, e ás suas comissões permanentes, os esclarecimentos proprios da especialidade dos seus estudos e investigações.

7.º— A comissão do armorial portugûes, fixa a forma e leitura heraldica dos brazões das antigas casas nobres do paiz; e coleciona os documentos historicos que as justificam.

8.º— A comissão do desenho heraldico prepara e coleciona séries de desenhos das diferentes figuras heraldicas do brazão portugûes, seleccionadas de entre os mais artisticos especimens da arte nacional.

9.º— Os estudos heraldicos da secção serão gratuitos para todos os estabelecimentos e para todas as associações de character historico ou artistico de Portugal. Serão, porem, retribuidos para todos os estabelecimentos e corporações extra-nacionais.

10.º— Semelhantemente, os estudos heraldicos da secção serão retribuidos, para todos os individuos nacionaes e estrangeiros.

11.º— E' fixada a retribuição de 22\$500 réis (Ls. 5), para qualquer estudo d'esta secção, que possa ser considerado ordinario. Aos estudos extraordinarios é fixada a retribuição de 45\$000 réis (Ls. 10).

12.º— A importancia total das retribuições a que acima se faz referencia, será incorporada nos fundos gerais da Associação.

13.º— Cada uma das comissões permanentes elegerá anualmente um relator.

14.º— Os relatores das tres comissões permanentes constituirão, sob a presidencia do presidente da secção, o conselho relator da Associação para todos os assumptos heraldicos.

15.º— Os pareceres do conselho relator são emitidos «ad referendum» da assembléa plenaria da secção.

Na mesma sessão da assembléa geral do dia 28 de Março de 1912, por proposta do Snr. D. José da Silva Pessanha, são constituídas todas as secções, o que foi aprovado.

A Secção de Heraldica ficou assim constituída :

Presidente, Major Guilherme Luiz dos Santos Ferreira ; vice-presidente, Dr. Alvaro de Azeredo Leme Pinto e Mello ; secretar o, Gustavo de Mattos Sequeira ; vogaes, Visconde de Castilho, Comendador Guilherme J. Carlos Henriques, Ernesto da Silva, Luiz Filipe Andrade Albuquerque Bettencourt, Jordão A. de Freitas, D. José da Silva Pessanha, Jacinto d'Andrade Albuquerque de Bettencourt, Affonso de Dornellas Cysneiros, Francisco Nogueira de Brito, Alberto de Gusmão Navarro, Hypolito Maia, J. M. Costa Macedo, Francisco Soares O'Sulivand. —

Na sessão da Secção de Heraldica de 19 de dezembro de 1910, ficou estabelecido que o Snr. Presidente, Major Guilherme Luiz dos Santos Ferreira fizesse uma conferencia publica sobre a origem e diferentes modificações do escudo e bandeira de Portugal.

Pelo motivo da mudança de regimen, muito discutidas eram, n'esta occasião em Portugal, as côres da nova bandeira.

A conferencia historica do Snr. Santos Ferreira sobre este assumpto levada a efeito em 31 de Dezembro de 1910 na sala Portugal da Sociedade de Geographia de Lisboa foi uma dissertação scientifica coroada de unanimes aplausos.

A Sessão da Secção de Heraldica de 21 de Março de 1912 foi especialmente convocada em virtude de uma resolução da ultima Assembléa Geral da Associação, determinando que todas as secções elaborassem um questionario, em carta circular afim de ser enviado a todos os estudiosos que na provincia se dediquem a qualquer ramo de archeologia.

O Snr. Presidente Santos Ferreira apresentou um projecto de circular que foi aprovado.

O conteúdo d'esta circular é nos seguintes termos :

— A secção de Heraldica da Associação dos Archeologos



Alguns convidados e socios que assistiram á sessão solemne do 50.º anniversario da fundação
da Associação dos Archeologos

1.º plano = A. C. MENA JUNIOR — A. J. MIMOSO ROIZ (convidado) — SARREA PRADO (convidado) — L. F. ALBUQUERQUE BETTENCOURT —
RIBEIRO CHRISTINO — ROCHA DIAS — D. JOSÉ PESSANHA — DR. ALFREDO DA CUNHA
— ERNESTO DA SILVA — VISCONDE DA TORRE DA MURTA — JOSÉ QUEIROZ — F. S. O'SULIVAND — J. M. CUNHA BRANDÃO
— CORDEIRO DE SOUSA (convidado) — J. A. GANHADO.
2.º plano = AFFONSO DE DORNELLAS — J. A. SOARES — ADÃES BERMUDES — J. J. D'ASCENÇÃO VALDEZ — ROSENDO CARVALHEIRA —

Portugueses, desejando reunir o maior numero de elementos, que lhe seja possivel obter, sobre os brazões das antigas familias nobres de Portugal, e outros, cujo conhecimento possa interessar ao estudo das antiguidades nacionaes, toma a liberdade de rogar a todas as pessoas que, em qualquer terra do paiz, estejam dispostas a auxiliá-la n'este empreendimento, o favor de annuirem ao convite, que lhes faz para a auxiliarem na execução deste proposito, enviando-lhe os seguintes esclarecimentos:

I — *Croquis ligeirissimos*, representando os escudos de armas que existam na localidade, em antigos castellos, palacios, sepulturas, igrejas, quintas, etc.

Estes croquis podem ser feitos, sem inconveniente, ainda por pessoas que desconheçam as regras mais elementares do desenho, e não devem comprehender os ornatos exteriores dos mesmos escudos, para que a operação se não complique escusadamente.

Chama-se particularmente a attenção dos benevolos informadores, para certas pedras rectangulares que se encontram no exterior de muitas torres de menagem dos antigos castellos, e cuja communicação a esta Secção de Heraldica seria muito para agradecer.

II — Uma nota referida aos *croquis* remettidos, indicando o local onde se encontra cada um dos brazões ou pedra rectangular, o nome da familia a quem se attribue, na localidade, o uso de taes armas; e emfim, qualquer outro esclarecimento conducente á identificação do brazão.

III — Não se comprehendem n'este pedido os escudos das armas nacionaes, salvo quando excepcionalmente apresentam alguma alteração sensivel ás formas vulgares destes escudos; mas comprehendem-se os brazões d'armas das cidades e villas, cujo estudo é particularmente interessante.

Agradecendo, antecipadamente o benevolente acolhimento d'este pedido, a Secção d'Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses, incondicionalmente se põe á disposição dos seus amaveis correspondentes para tudo quanto possa ser do seu serviço e interesse em Lisboa. —

Deu esta circular optimos resultados pois tem sido grande o numero de apontamentos e croquis que se teem recebido, enriquecendo o arquivo desta Secção.

Foi n'esta Sessão de 21 de Março de 1912 que ficou resolvido estudar o meio de se publicar o «Armorial Portuguez» seguido d'um «Tratado de Armaria», preciosa obra inédita do Snr. Major Santos Ferreira.

Já está felizmente na letra C este enorme Armorial descripto em portuguez e francez, cuja edição foi pelo seu Auctor cedida á empreza do Tombo Historico Genealogico de Portugal.

Para se julgar do que seja este Armorial, basta dizer que só da letra A, apresenta 152 descripções de braços.

O Indice Heraldico do Visconde de Sanches de Baena da mesma letra, tem 92 descripções.

A Nobiliarchia de Villasboas apresenta da letra A, 58 descripções.

Nas Sessões de 20 de Maio e de 14 d'agosto de 1912 o Snr. Prêzidente Santos Ferreira expoz a necessidade urgente de estudar os braços das Villas e Cidades apresentando como exemplo eruditas definições sobre os braços de Coimbra, Villa Real, Juromenha, Vianna do Alemtejo, Certá e Albergaria.

Longa seria a descripção dos muitos outros serviços prestados por esta Secção, ficando porém acima, apontados os principaes.

Na Sessão da Secção d'Heraldica de 25 de janeiro de 1913, discutida a catalogação dos braços expostos no museu da Associação, assentou-se em nomear uma comissão para proceder a uma minuciosa investigação sobre a origem dos mesmos braços colleccionando todos os apontamentos que aos mesmos dissessem referencia para em seguida se organizar o desejado e tantas vezes projectado «Catalogo dos braços existentes no Museu do Carmo».

Essa comissão ficou composta pelos Snrs. Major Santos Ferreira, Gustavo de Mattos Sequeira, Jacintho d'Andrade Albuquerque de Bettencourt e Affonso de Dornellas.

O que se vae seguir é unica e simplesmente o apuramento das minhas investigações feitas atravez do archivo da Associação que conta nada menos de cincoenta annos de existencia.

Para melhor elucidación apresento tambem uns ligeiros croquis das diferentes variedades de braços que encontrei no Museu.

E' como que um relatorio para satisfação da comissão de que fui incumbido e nada mais.

(Continúa)

AFFONSO DE DORNELLAS.